

Estado de Goiás

Polícia Militar

Academia de Polícia Militar

Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais

Redução da Escala Hierárquica na PMGO

Uma Solução Viável?

Dirceu Costa Soares

Agusto Vaz de Arruda Campos

Goiânia - 1999

X

ESTADO DE GOIÁS  
POLÍCIA MILITAR  
ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR  
CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS

DIRCEU COSTA SOARES – CAP PMTO  
AUGUSTO VAZ DE ARRUDA CAMPOS - CAP PMMT



**REDUÇÃO DA ESCALA HIERÁRQUICA NA  
PMGO – UMA SOLUÇÃO VIÁVEL?**

**Orientador:** Magno Antônio Mariani – MAJ PM

GOIÂNIA, 1999

---

**BANCA EXAMINADORA CAO/99**

Aprovada em \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

---

Presidente

---

Membro

---


Membro

---


01. FOLHA DE APROVAÇÃO

1. ORIENTADORA METODOLÓGICA

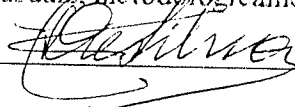
1ª Sessão (assunto(s) orientado(s): Projeto de pesquisa: Redução da escala hierárquica na PMGO - Uma solução viável?

data: 14 / 05 / 99 Ass.: 

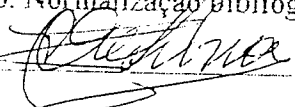
2ª Sessão (assunto(s) orientado(s): Projeto de Pesquisa - Normalização, seqüências e linguagem científica.

data: 27 / 05 / 99 Ass.: 

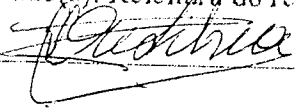
3ª Sessão (assunto(s) orientado(s): Monografia - Adequação do corpo do assunto aos procedimentos científicos usuais, metodologicamente considerados.

Data: 03 / 06 / 99 Ass.: 

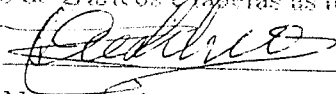
4ª Sessão (assunto(s) orientado(s): Feitura estrutural da parte textual e parte pós-textual do trabalho técnico-científico. Normalização bibliográfica.

data: 18 / 06 / 99 Ass.: 

5ª Sessão (assunto(s) orientado(s): Releitura do resumo, introdução e conclusão.

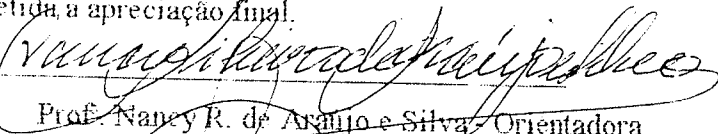
data: 28 / 06 / 99 Ass.: 

6ª Sessão (assunto(s) orientado(s): Correção e revisão da linguagem em consonância com o padrão científico. Adequação de gráficos e tabelas às técnicas usuais.

data: 29 / 07 / 99 Ass.: 

Profª. Nancy R. de Araújo e Silva - Orientadora

Parecer final da Orientadora Metodológica: A monografia em epígrafe apresenta-se em condições de ser submetida à apreciação final.

data: 02 / 08 / 99 Ass.: 

Profª. Nancy R. de Araújo e Silva - Orientadora

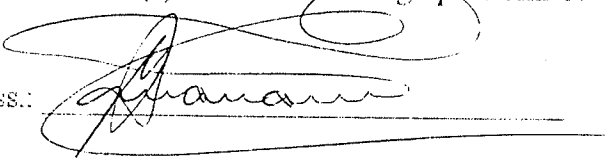
ORIENTANDOS: CAP PMTO DIRCEU COSTA SOARES

CAP PMMT AUGUSTO VAZ DE ARRUDA CAMPOS

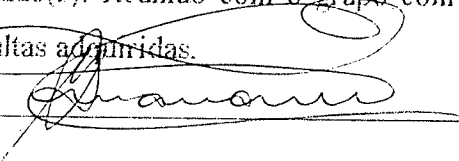
## 02. FOLHA DE APROVAÇÃO

### 1. ORIENTADOR DE CONTEÚDO

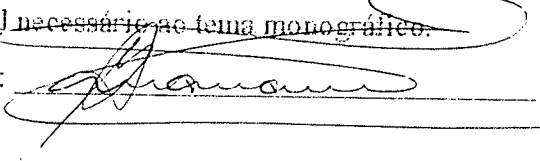
1ª Sessão (assunto(s) orientado(s): Reunião com o grupo a fim de delinear os métodos de trabalho.

data: 16 / 05 / 99 Ass.: 

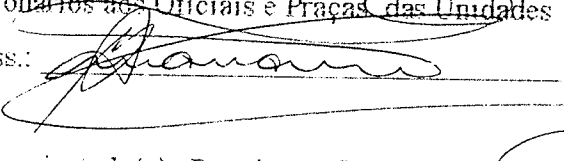
2ª Sessão (assunto(s) orientado(s): Reunião com o grupo com o objetivo de verificar e selecionar as fontes de consultas a serem utilizadas.

data: 23 / 05 / 99 Ass.: 

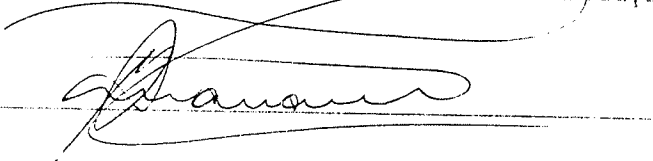
3ª Sessão (assunto(s) orientado(s): Reunião com o objetivo de extrair das fontes selecionadas o material necessário ao tema monográfico.

data: 06 / 06 / 99 Ass.: 

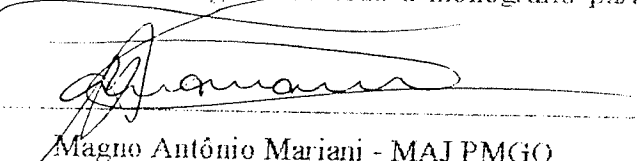
4ª Sessão (assunto(s) orientado(s): Orientação ao grupo sobre a necessidade de distribuição de questionários aos Oficiais e Praças das Unidades

data: 13 / 06 / 99 Ass.: 

5ª Sessão (assunto(s) orientado(s): Reunião a fim de confeccionar introdução, resumo e conclusão da monografia.

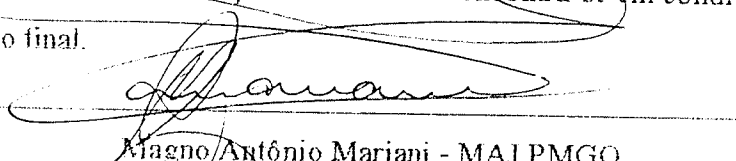
data: 16 / 07 / 99 Ass.: 

6ª Sessão (assunto(s) orientado(s): Revisão geral de toda a monografia para os acertos finais.

data: 28 / 07 / 99 Ass.: 

Magno Antônio Mariani - MAJ PMGO

Parecer final do Orientador de Conteúdo: O presente trabalho encontra-se em condições de ser submetido à apreciação final.

data: 01 / 08 / 99 Ass.: 

Magno Antônio Mariani - MAJ PMGO

ORIENTANDOS: CAP PMTO NIRCEU COSTA SOARES

CAP PMMT AUGUSTO VAZ DE ABRUDA CAMPOS

*Dedico este trabalho aos meus queridos pais, pelo amor que sempre me dedicaram e às três pessoas que tanto amo: Maryella, Ludyella e Carolina.*

**CAP PM SOARES**

*Aos meus pais, que proporcionaram minha educação e ensinaram-me a pautar a minha vida nos desígnios da honestidade e à minha esposa e filhos, pelo apoio, amor e carinho que sempre me dedicaram.*

**CAP PM CAMPOS.**

---

## AGRADECIMENTOS ESPECIAIS

Ao nosso Pai Celestial, que iluminou os nossos caminhos para que pudéssemos concluir este estudo da melhor forma possível e no tempo estabelecido.

À professora Nancy Ribeiro de Araújo e Silva, orientadora metodológica, pelos conhecimentos que nos transmitiu e por não medir esforços para nos ajudar na elaboração desta monografia, com seu conhecimento e apoio, sempre espontâneo, possibilitou que a tarefa se tornasse menos árdua.

Ao Maj PM Magno Antônio Mariani, nosso Orientador, por ter acolhido nosso convite e colaborado de maneira significativa para o êxito do presente trabalho.

---

X

## SUMÁRIO

<b>RESUMO</b>	
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>12</b>
<b>PARTE I</b> .....	<b>15</b>
<b>1 – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b> .....	<b>16</b>
1.1 – ORGANIZAÇÕES POLICIAIS DE OUTROS PAÍSES. ....	16
1.2 – OS PRIMEIROS TEMPOS NO BRASIL (PERÍODO COLONIAL) .....	17
1.2.1 – <i>A Polícia no Império</i> .....	25
1.2.2 – <i>Organização Policial da Primeira República</i> .....	28
1.3 – ORIGEM DA ORGANIZAÇÃO POLICIAL.....	29
1.3.1 – <i>Preliminar</i> .....	29
1.3.2 – <i>Trajectoria da Organização Policial até 1969</i> .....	30
1.3.2.1 – <i>Estrutura Básica</i> .....	30
1.3.2.2 – <i>Estrutura</i> .....	30
1.4 – A POLÍCIA MILITAR NAS CONSTITUIÇÕES .....	33
1.4.1 – <i>Constituição Federal de 1988</i> .....	35
1.4.2 – <i>Constituição Estadual de 1989</i> .....	37
1.5 – DO PESSOAL DAS POLÍCIAS MILITARES .....	38
1.5.1 – <i>Tabela de Escalonamento Vertical – Lei nº 11.865, de</i> <i>28 de dezembro de 1992</i> .....	40
1.6 – FORMAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO .....	45
1.6.1 – <i>Hierarquia nas Forças Armadas</i> .....	46
1.6.2 – <i>Disciplina Militar</i> .....	49
1.7 – ESTRUTURA DE OUTRAS ORGANIZAÇÕES NA ÁREA DE SEGURANÇA .....	49
1.7.1 – <i>Polícia Civil</i> .....	49
1.7.2 – <i>Polícia Federal</i> .....	50
1.7.3 – <i>Polícia Rodoviária Federal</i> .....	51
1.8 – CLASSIFICAÇÃO DOS TERMOS (NOVO DICIONÁRIO AURÉLIO) .....	53
<b>PARTE 2</b> .....	<b>58</b>
<b>1 – PROBLEMATIZAÇÃO E METODOLOGIA</b> .....	<b>59</b>
1.1 – PROBLEMA .....	60
1.2 – HIPÓTESE .....	61
1.3 – VARIÁVEIS .....	61
1.3.1 – <i>Variável Independente</i> .....	61

7

1.3.2 - <i>Variáveis Dependentes</i> .....	61
1.3.3 - <i>Variáveis Intervenientes</i> .....	61
<b>2 – METODOLOGIA</b> .....	<b>62</b>
2.1 – MÉTODO.....	62
2.2 – TIPO DE PESQUISA.....	62
2.3 – POPULAÇÃO ALVO.....	62
2.4 – PROCEDIMENTOS PARA COLETA DE DADOS.....	63
2.5 – ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	63
2.5.1 – <i>Análise Estatística e Interpretação dos Dados</i> .....	63
2.5.2 – <i>Observações Mencionadas nos Questionários</i> .....	68
<b>3 – DISCUSSÃO DOS RESULTADOS</b> .....	<b>72</b>
3.1 – ALTERAÇÃO NO SISTEMA HIERÁRQUICO, VISANDO A MODERNIZAÇÃO DA PMGO.....	72
3.2 – A SUPRESSÃO DE POSTOS OU GRADUAÇÕES NO ESCALONAMENTO HIERÁRQUICO ESTARIA CONTRIBUINDO PARA A DESMOTIVAÇÃO NA CARREIRA POLICIAL MILITAR?.....	72
3.3 – SE FOSSE FEITA ALTERAÇÃO EM ALGUNS POSTOS E GRADUAÇÕES NA PMGO IRIA AGILIZAR O DESEMPENHO NA EFICIÊNCIA E EFICÁCIA DA CORPORAÇÃO?.....	73
3.4 – OS VÁRIOS NÍVEIS EXISTENTES NA ESCALA HIERÁRQUICA DA PMGO PREJUDICAM OS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS E OPERACIONAIS?.....	73
3.5 – O SISTEMA HIERÁRQUICO DA PMGO TEM POR BASE O EXÉRCITO BRASILEIRO, NÃO SERIA MELHOR DEIXAR OS POSTOS E GRADUAÇÕES DA POLÍCIA MILITAR IGUAIS AOS DO EXÉRCITO? .....	74
3.6 – POSTOS E GRADUAÇÕES IDEAIS NA FORMAÇÃO DA ESCALA HIERÁRQUICA DA PMGO, VISANDO SUA MODERNIZAÇÃO.....	74
<b>CONCLUSÃO</b> .....	<b>75</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	<b>77</b>
<b>ANEXO</b> .....	<b>79</b>

## LISTA DE ABREVIATURAS

Al	- Aluno
APMGO	- Academia de Polícia Militar de Goiás
Asp	- Aspirante
BCM	- Batalhão de Caçadores Mineiros
BPM	- Batalhão de Polícia Militar
CAO	- Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais
Cap	- Capitão
Cb	- Cabo
Cel	- Coronel
CFO	- Curso de Formação de Oficiais
CFS	- Curso de Formação de Sargentos
CFSd	- Curso de Formação de Soldados
Cmt	- Comandante
EB	- Exército Brasileiro
EM	- Estado Maior
FFAA	- Forças Armadas
Maj	- Major
Of	- Oficial
OPM	- Organização Policial Militar

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>AI</b>	- Aluno
<b>APMGO</b>	- Academia de Policial Militar de Goiás
<b>Asp</b>	- Aspirante
<b>BCM</b>	- Batalhão de Caçadores Mineiros
<b>BPM</b>	- Batalhão de Polícia Militar
<b>CAO</b>	- Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais
<b>Cap</b>	- Capitão
<b>CB</b>	- Cabo
<b>Cel</b>	- Coronel
<b>CFO</b>	- Curso de Formação de Oficiais
<b>CFS</b>	- curso de Formação de Sargentos
<b>CFSd</b>	- Curso de Formação de Soldados
<b>Cmt.</b>	- Comandante
<b>EB</b>	- Exército Brasileiro
<b>EM</b>	- Estado Maior
<b>FFAA</b>	- Forças Armadas
<b>Maj</b>	- Major
<b>Of</b>	- Oficial
<b>Of</b>	- Ofício
<b>OPM</b>	- Organização Policial Militar

<b>PM</b>	- Polícia Militar ou Policial Militar
<b>PPMM</b>	- Policiais Militares
<b>PRF</b>	- Polícia Rodoviária Federal
<b>QOPM</b>	- Quadro de Oficiais Policiais Militares
<b>Sd</b>	- Soldado
<b>Sgt</b>	- Sargento
<b>TTP</b>	- Trabalho Técnico-Profissional
<b>V.D.</b>	- Variável Dependente
<b>V.I</b>	- Variável Independente
<b>V. Int</b>	- Variável Interveniente

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> – Comando Militar do Brasil (Primeira metade do século XVI) .....	20
<b>Figura 2</b> – Organização Militar no Brasil (1549/1623).....	22
<b>Figura 3</b> – Organização Típica da Expedição (Século XVI e início do século XVII) .....	24

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> – Comparação das Missões da Polícia Militar nas Constituições.....	34
<b>Quadro 2</b> – Círculo dos Integrantes da Polícia Militar.....	39
<b>Quadro 3</b> – Correspondência Hierárquica nas Forças Armadas com a Polícia Militar .....	48
<b>Quadro 4</b> – Correspondência Hierárquica entre a Polícia Rodoviária Federal e a Polícia Militar de Goiás .....	52

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b>	– Escalonamento Vertical e Vencimentos Básicos.....	41
<b>Tabela 2</b>	– Despesa aproximada com Pessoal da Ativa da PMGO – mês de junho/99.....	42
<b>Tabela 3</b>	– Despesa aproximada com Pessoal Inativo da PMGO – mês de junho/99.....	43
<b>Tabela 4</b>	– Despesa aproximada com Pessoal da Ativa e Inativo da PMGO – mês de junho/99.....	44
<b>Tabela 5</b>	– Despesa aproximada com Pessoal da Ativa da PMGO Suprimindo alguns Postos e Graduações – mês de junho/99. ....	45

## RESUMO

No presente estudo é elaborado um rápido panorama histórico da Organização Policial Militar de outros países e caracterizada a organização da polícia no Brasil, desde a colonização. A base do estudo firma-se no prescrito na Carta Magna Brasileira e busca-se analisar a estrutura da Corporação no tocante aos postos e graduações, compatibilizando-a com a estratégia organizacional, objetivos, planos, metas e evolução histórica de sua escala hierárquica junto às Forças Armadas e Auxiliares. Procura-se, ainda, saber se há aceitação, quanto à modernização ou não, da estrutura hierárquica da PMGO, o que é feito a partir do levantamento de opinião procedido junto ao público interno, através de uma pesquisa de campo, para projetá-la a um novo contexto político-social. Assim sendo, apresentamos uma proposta para a manutenção do escalonamento hierárquico em vigor na Corporação.

---

## INTRODUÇÃO

Desde a colonização portuguesa ao Brasil contemporâneo, *neste* País livre, soberano, democrático e popular, ocorre uma sedimentação e comunhão natural muito grande de crenças e costumes que traçaram os caminhos percorridos até o momento <sup>em</sup> que vivemos.

Dos tempos coloniais até nossos dias, observamos que a Instituição Policial Militar conseguiu transitar sozinha e sem divisões, *apesar das* ~~pelas~~ dificuldades, *das* rupturas da ordem institucional e *as* transformações pelas quais passou o País. A Instituição Policial Militar esteve sempre ligada ao momento conjuntural.

Pela prática multissecular de suas atividades, a Polícia Militar, além dos sedimentares princípios e procedimentos, cristalizou uma série de convicções a respeito de como desempenhar sua missão, *em* qualquer que seja o contexto sócio-político vivido, *ante* quaisquer que sejam os obstáculos *com* que se defronte.

Para que haja continuidade ao que até o momento se conseguiu, a Instituição deve possuir uma doutrina fundamentada em sustentáculos e fatores definidos e equacionados com os efetivos da Corporação.

---

O conhecimento da missão constitucional da Polícia Militar é básico e imprescindível a todos os seus integrantes por ser o fundamento norteador de todas as atividades desenvolvidas por ela.

Surge, então, aqui, o tema central desta análise: há necessidade de <sup>se</sup> modificar a estrutura hierárquica da PMGO, visando a modernização do quadro organizacional? A resposta a esta pergunta foi buscada, <sup>por meio</sup> através de pesquisa <sup>com</sup> junto ao público interno, para saber o grau de aceitação dos ~~Postos e Graduações~~ existentes na PMGO.

Assim, o presente estudo tem como finalidade a **Redução da Escala Hierárquica na PMGO**, procurando-se saber se <sup>esta</sup> é uma solução viável.

Sabe-se que a segurança do cidadão é uma das prioridades básicas do Estado e que deve, a Polícia Militar, dispor de um potencial capaz para bem cumprir sua missão e atender às aspirações sociais.

<sup>Por</sup> a Modernização da Corporação <sup>de</sup> exige mudanças inovadoras para projetá-la a uma nova realidade político-social.

A adaptação da estrutura da PMGO objetiva atender às exigências, cada vez maiores, da sociedade, com o ajustamento comportamental da Organização à concepção de ordem pública.

O serviço de segurança pública exige aperfeiçoamento constante da Corporação. Assim sendo, o projeto de pesquisa concebido para este estudo ensejou uma ampla discussão de uma proposta para viabilizar ou não a mudança de ~~Postos e Graduações~~ com vistas a compatibilizar <sup>com</sup> a estratégia organizacional, <sup>com seus</sup> objetivos, <sup>seus</sup> planos e <sup>com</sup> metas. Este estudo técnico-profissional objetiva, portanto, analisar a estrutura dos ~~Postos e Graduações~~ da PMGO para <sup>saber se a atual</sup> compatibilizar <sup>com</sup> a

estratégia organizacional, <sup>para</sup> objetivos, <sup>para</sup> planos, <sup>para</sup> metas e analisar a evolução histórica dos ~~Postos e Graduações~~, <sup>das</sup> ~~junto às~~ Forças Armadas e Auxiliares, <sup>no</sup> verificando se os motivos que <sup>os</sup> levaram à atual estrutura, no passado, ainda persistem. Outros aspectos buscados são: levantar a história da PMGO e avaliar o papel da estrutura dos ~~Postos e Graduações~~ quanto <sup>aos</sup> ~~a~~ resultados; determinar o impacto das modificações na estrutura desses ~~Postos e Graduações~~ e na estratégia do desenvolvimento de recursos humanos da PMGO, e estabelecer as vantagens e desvantagens de uma alteração nessa estrutura com vistas ao desenvolvimento <sup>do</sup> futuro da PMGO.

**PARTE I**  
**FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

## 1 - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 1.1 - Organizações Policiais de Outros Países

Desde a antiga Roma, onde a vigília das cidades cabia a um corpo especial de soldados, a polícia preventiva é militarizada enquanto que para investigar e levar notícia dos crimes aos juizes, havia a polícia judiciária, cuja atividade era exercida por pessoas não uniformizadas.

Com a decadência romana, seguiu-se o período feudal, imperando na tropa a indisciplina e o mercenarismo. Para sair desse caos, a França reorganizou sua polícia a partir da magistratura militar, criando no século XIII, a sua *Gendarmerie* (Corpo de Polícia), voltada a missões militares e também de segurança pública, atividades que desempenha até os nossos dias.

Napoleão, em suas conquistas pela Europa, reorganizou as Polícias dos Países ocupados, mediante o modelo empregado nas unidades de elite do seu Exército.

Assim, nasceu, por exemplo, a *Gendarmerie Belga*, atualmente com efetivo superior a vinte e dois mil homens e cujos oficiais são formados em cursos de mais de cinco anos, sendo dois anos na Escola Militar Real pertencente ao Exército, mais dois anos nas Universidades

de *Liege* ou *Ghent*, onde graduam-se .

Na Inglaterra, os integrantes da **Metropolitan Police** inglesa são formados no **Peel Center**, em **Hendon**, onde nos primeiros meses são organizados e treinados militarmente. Em 1833, **New York**, nos Estados Unidos da América do Norte, ao criar seu corpo policial, também inspirou-se no Princípio de **Peel**: “A polícia deve ser estável, eficaz e organizada militarmente, debaixo do controle do governo”. Note-se que o Corpo Policial Permanente, nome original da Polícia Militar do Estado de São Paulo, foi criado em 1831, ou seja, na mesma época, constituído por cento e trinta homens, sendo uma companhia de cem pedestres-infantes, e um pelotão de trinta cavalarianos.

As polícias de ordem pública, sempre fardados e eminentemente preventivas, são, em todas as partes do mundo, organizadas militarmente. Assim, o são os Corpos de Polícia Austríacos, os Carabineiros Italianos, a Guarda-Civil Espanhola, a Organização Alemã, as Forças Policiais da Grécia, Marrocos, Argélia, a Real Polícia Montada do Canadá, os Carabineiros do Chile e demais polícias da América Latina.

Atualmente, as polícias norte-americanas vêm buscando aproveitar mais de oitocentos mil militares, ora dispensados das Forças Armadas, daquele País. Entendem os americanos que o perfil militar é ideal para as missões de polícia de segurança pública. (RODRIGUES, 1986: 16-17). *Organização ? República ?*

## 1.2 - Os Primeiros Tempos No Brasil (Período Colonial)

No Brasil tudo começou com os portugueses. Do descobridor e colonizador, herdamos tudo: idioma, vocação desbravadora, religião,

organização político-administrativa, e outras. Herdamos também os princípios jurídico-policiais que, através dos séculos, modelaram e cristalizaram a nossa concepção de Segurança Pública.

Os primeiros tempos são os de Martim Afonso de Souza, das Capitânicas Hereditárias, dos Governadores Gerais, dos Governos do Norte e do Sul. São os tempos das Ordenações Manuelinas e, no intervalo do domínio espanhol, das Ordenações Filipinas.

Os *Almotacés* (autoridades encarregadas de zelar pela ordem pública nas vilas recém-criadas no Brasil Colônia), constituem a primeira manifestação de uma autoridade policial constituída. Eles tinham como auxiliares os alcaides pequenos e meirinhos, cujas funções conforme prescreviam as Ordenações Manuelinas, eram, dentre outras:

- fiscalizar o cumprimento das leis referentes à proteção de pessoas e bens dos órfãos, dos ausentes, dos pródigos e furiosos;
- velar contra o abuso de armas proibidas;
- zelar pela execução das leis contra vagabundos e jogadores;
- fiscalizar os viajantes, os pobres e os mendigos.

A Colônia foi-se povoando, riquezas começaram a surgir da agricultura e mineração, vindo a expandirem-se. As cidades, vilas e povoados, agigantaram-se. Os problemas nas relações sociais aumentaram, a cobiça externa dirigiu seus olhares à novata civilização, a ambição excessiva de sugar as riquezas da Colônia nascente entusiasmou os governantes do reino, os nativos inquietavam-se:

Não mais era possível manter a ordem interna e repelir a

---

ameaça externa com a principiante e travada Força de Segurança, com seus alcaides-pequenos, meirinhos, quadrilheiros, e fiscalizadores de quarteirão, estes eram figuras de uma ordem local.

A criação do Governo Geral tinha por fim, além de uniformizar a administração e ativar a conquista e o povoamento, afastar os contrabandistas e tornar efetiva e rigorosa a guarda da costa, amparando os donatários contra assaltos de piratas ou investidas de intrusos.

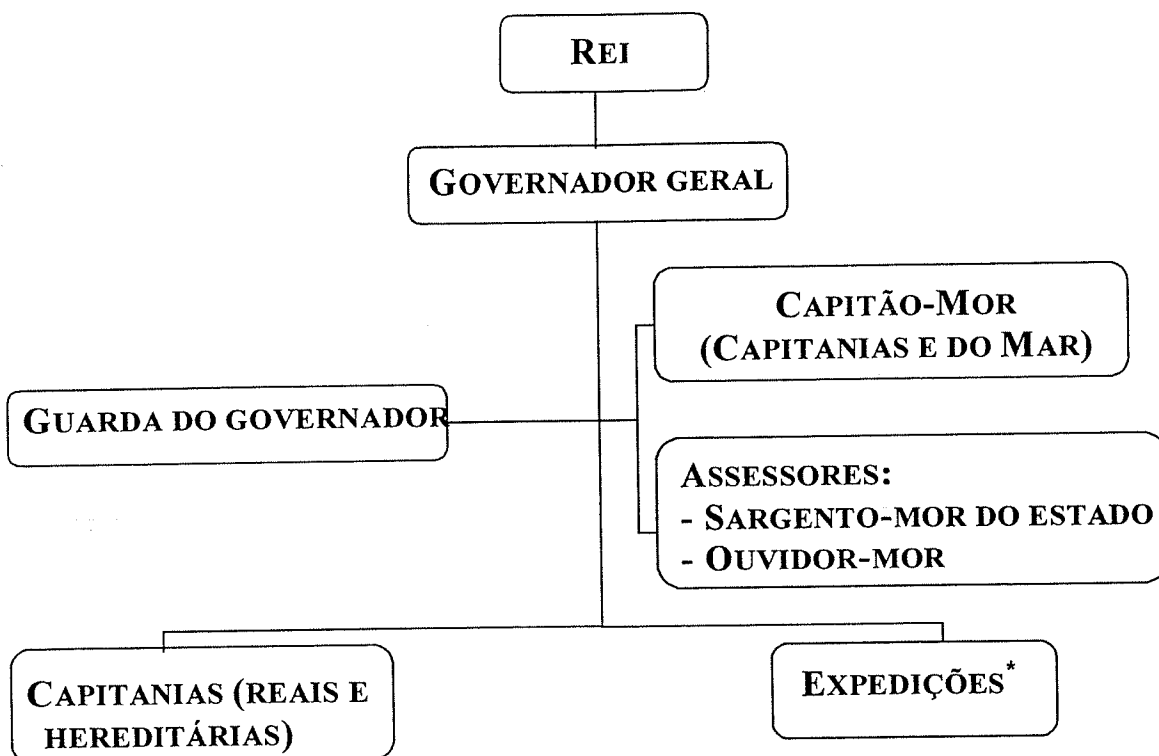
Tomé de Souza, primeiro Comandante de Tropas, trouxe, com sua gente, na função de Capitão-mor da costa, Pero de Góis, da capitania da Paraíba do Sul. O efetivo era de 600 (seiscentos) homens de tropa regular, entre os 1.000 (mil) que totalizavam a expedição.

A sede do Governo Geral do Brasil ficava em Salvador na Bahia, a Capital da América Portuguesa, por mais de duzentos anos.

O Governador Geral era o comandante de todas as forças da colônia, assessorado pelos Capitães-mor das capitanias e pelo Capitão-mor da costa, este incumbido especialmente de organizar a defesa e a vigilância do litoral.

Das instruções contidas no Regimento, datado de 17 de dezembro de 1548, deduz-se que o **Governador Geral passava a deter autoridade militar sobre todo o Brasil, colocado entre o Rei e os Capitães**. Estes continuavam no comando das forças das respectivas capitanias, conforme a figura 1 :

**Figura 1 - COMANDO MILITAR DO BRASIL**



Quando da descoberta e colonização do Brasil, as Forças de Portugal eram constituídas de Tropas de Linhas e Ordenanças e, a partir de 1570, das Milícias. As Tropas de Linhas eram conhecidas como as forças permanentes e as Ordenanças, Terços e Milícias, compunham as forças de segunda e terceira linhas.

As Companhias de **Ordenanças**, no Brasil foram criadas pelo Regimento de 16 de dezembro de 1579, organizadas nas cidades, vilas e povoados. Comandadas pelos Capitães-mor<sup>o</sup> que, juntamente com os Alferes, Sargentos e Cabos, eram escolhidos por eleição, do que se lavrava assento nas Câmaras. Contudo, esse processo de eleição logo foi revogado pelos seus inconvenientes, passando a nomeação dos cargos à

---

\* Quando organizadas

Competência dos governadores, conforme o depoimento:

Cada localidade tinha um Capitão-mor nomeado pelo Governador da Capitania a quem cabia fazer um levantamento de todos os moradores, detalhando-se as qualidades de cada um e suas posses. Além do Capitão havia um Alferes, um Sargento, um Meirinho, um Escrivão e dez Cabos. Quatro Companhias de Ordenanças se denominava o Terço. (LIMA JÚNIOR: 13-17).

As Companhias de Ordenanças que eram composta de voluntários ou homens menos favorecidos: pobres, negros, pardos e índios, não serviram aos propósitos dos senhores ambiciosos em extorquir toda a riqueza da terra florescente.

Surgem as Companhias de Dragões compostas em sua maior parte de homens oriundos do reino, bem adestrados e, portanto, mais aptos a impor a ordem interna nas capitánias.

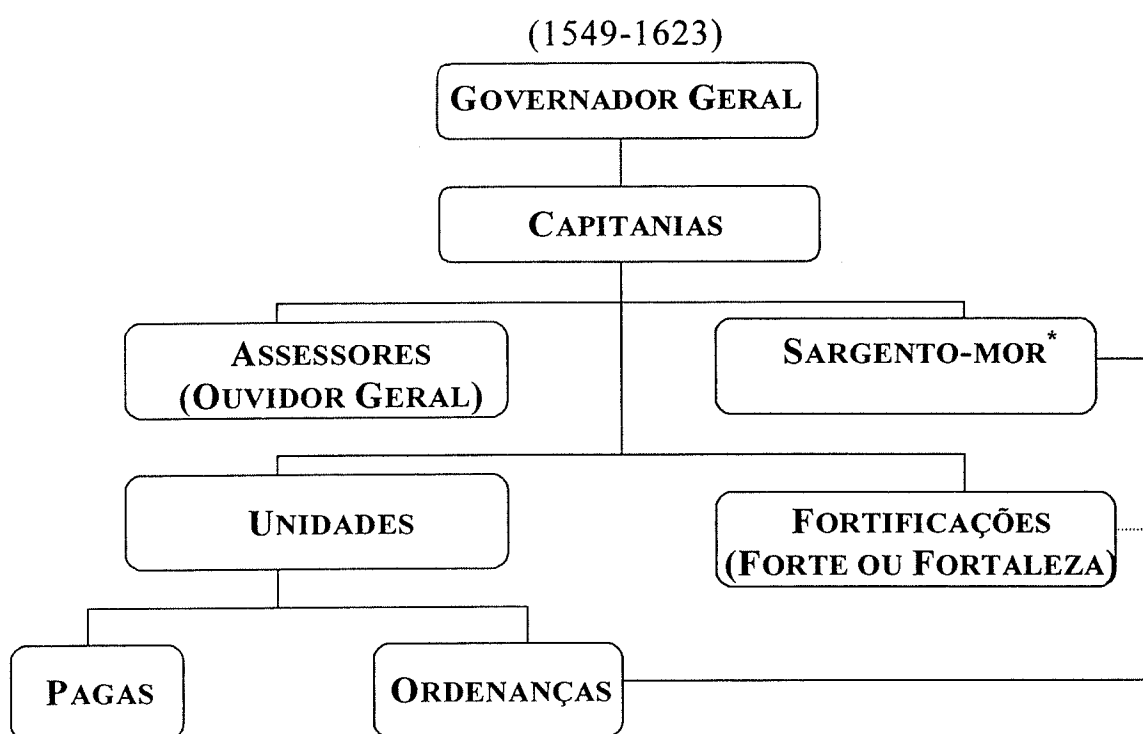
As Companhias de Dragões, originárias inicialmente de Portugal, sob a forma de Companhias de Pedestres eram anexas às tropas de ordenanças em esgotamento, foram tomando uma conformação de tropa nativa. Era o advento das **Tropas Pagas** (Soldados profissionais organizados e adestrados de acordo com os parâmetros da legislação militar portuguesa), redigida pelo Conde de Lippe.

Surgiram também peculiaridades do Terço, unidade que reunia companhias de ordenanças e tinha, na **Europa**, cerca de 3.000 (três mil) homens. Comandava-os o **mestre-de-campo** (mais tarde **Coronel**, enquanto o Terço daria origem ao Regimento). O **Sargento-mor**, depois **Major**, secundava o mestre-de-campo no comando do Terço.

Amplia-se o Comando Militar do Brasil, complementando o quadro geral dessa organização e do que se iniciara em 1548, registra-se, então, o aparecimento do **Ouvidor Geral** como verdadeiro comandante das forças terrestres e navais, outro dos assessores militares do Governo Geral.

Nos últimos anos do século XVI, surge a figura do **Sargento-mor** do Estado, cargo criado em 1588, a quem competia a inspeção das Ordenanças e tudo quanto respeitasse às fortificações e à artilharia, vide a figura 2:

**Figura 2 – ORGANIZAÇÃO MILITAR NO BRASIL**



No século XVI e princípio do XVII, a força terrestre caracterizou-se pela sua movimentação constante com as primeiras

---

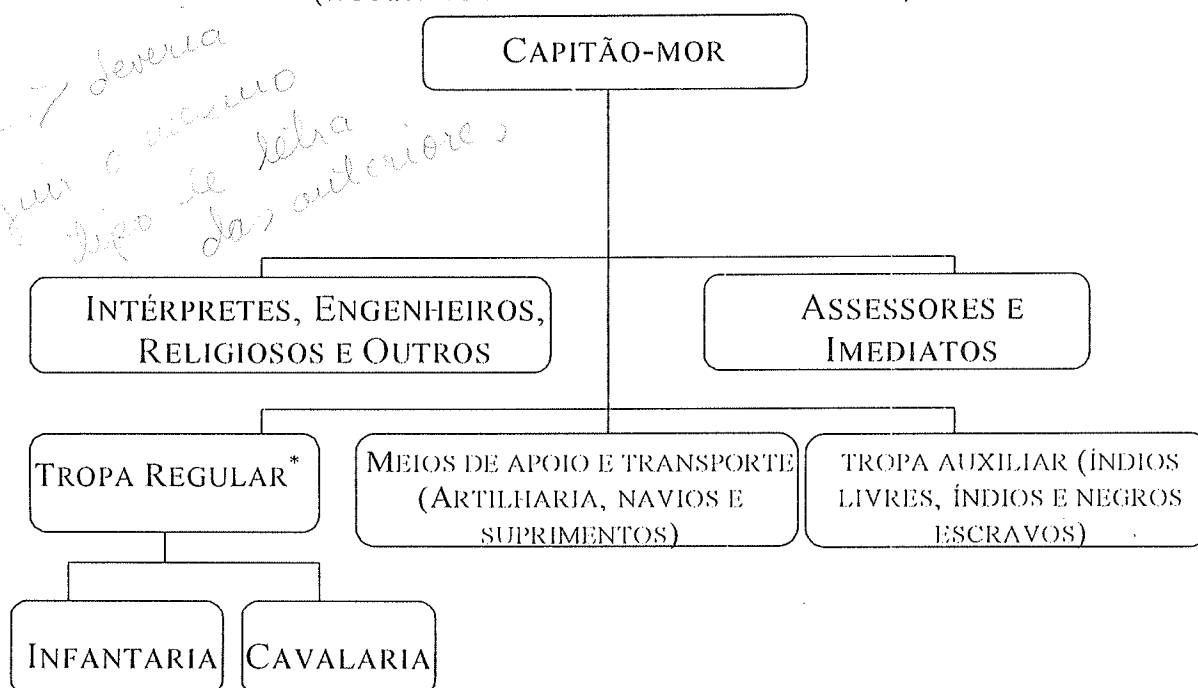
\* Em apenas algumas capitânicas

**entradas** no sertão, conquista ou ocupação de território. A expedição muito mais do que a guarnição, expressava a característica fundamental dessa força brasileira, que eram anfíbias e terrestres, quer para socorrer pontos ameaçados, quer para expulsar intrusos ou ampliar a conquista. Havia, de modo quase constante, a participação de portugueses do Brasil e índios aliados ou submissos nas expedições. A presença do mameluco fazia-se sentir com mais intensidade, principalmente naquelas levantadas e organizadas com o fito de aprisionar índios.

A força terrestre incorporava toda a população da colônia, através, sobretudo, da prestação do serviço militar nas Ordenanças. Apesar da sua relativa fraqueza numérica, foi extremamente vigorosa para a manutenção da integridade territorial e fator poderoso de integração. Abrangendo portugueses, índios e mamelucos, principalmente homens de fora ou naturais do Brasil, e alguns técnicos estrangeiros, apesar de dificuldades quase invencíveis e de alguns insucessos conseguiu, afinal, impor sua vontade ao intruso e ao índio hostil aos colonizadores portugueses nos pontos chaves do Brasil da época. Estes de modo geral, apoiaram-se mutuamente numa demonstração de elevado espírito de solidariedade, de coesão e de combatividade perante o inimigo. Vide a figura 3:

### Figura 3 - ORGANIZAÇÃO TÍPICA DA EXPEDIÇÃO

(Século XVI e início do século XVII)



No Brasil o primeiro Terço surgiu em 22 de junho de 1625, seguindo à Bahia para guarnecer a cidade. O terço é considerado a primeira tropa permanente no País, existiam ainda outros terços auxiliares, primeira força auxiliar no Brasil.

Mais tarde, os terços permanentes começaram a ser chamados de Regimentos e os terços auxiliares de Companhias de Ordenanças e Milícias.

A contínua evolução das **Forças de Segurança** resultou na criação, na Capitania de Minas, do legendário Regimento Regular de Cavalaria, em 09 de julho de 1775, constituindo-se na mais evidente organização de uma **Força Pública** preparada e adestrada para a missão

---

\* Paga e de Ordenanças

de Manutenção da Ordem Pública.

Em 1797, os terços auxiliares foram transformados em milícias, **Regimento de Milícia**, que eram as reservas naturais das Forças Armadas e tinham um caráter mais civil que militar.

**As Tropas Pagas dos séculos XVII e XVIII, as famosas Companhias de Dragões e os Regimentos, são as raízes das atuais Polícias Militares de hoje.**

Chegando ao Brasil em 1808, D. João VI observa as Tropas Pagas escassas e envolvidas no desbravamento e implantação da ordem nos sertões distantes que pouco podiam fazer pela ordem pública nas cidades.

A situação no Rio de Janeiro era caótica D. João VI, seguindo o exemplo vigente em Portugal desde 1760, organiza uma Polícia Regular, cria, em 10 de maio de 1808, a Intendência Geral de Polícia da Corte e do Estado do Brasil, institui, que 13 de maio de 1809, a Divisão Militar da Guarda Real da Polícia, que veio substituir o Corpo de Quadrilheiros, constituído de policiais improvisados e rústicos os quais limitavam-se a rondar à noite envoltos em capas pretas, usando pesadas e compridas espadas, (NELSON ALVES SOARES, 1986; 31-36).

(Fe - e - SOARES, Nelson Alves. ... . 1986, 31-36)

### 1.2.1 - A Polícia no Império

Rompidos os laços com Portugal, o Brasil continuou com o arcabouço legislativo do reino, até que novas leis fossem elaboradas.

Em 25 de março de 1824, D. Pedro I promulga a Constituição do Império, seguem-se-lhe decretos diversos, dentre os quais alguns que

regulavam a administração da justiça criminal. O mais importante é o que cria os cargos de Juizes de Paz, com atribuições policiais e criminais.

As **Forças Públicas**, desarticuladas e desfeitas, pois a maioria **transformara-se em organizações essencialmente militares para sustentação da Independência, dando origem aos primeiros corpos do nascente Exército Nacional**, evoluíram com os seus remanescentes para uma **nova organização policial: Corpos de Guardas-Municipais Permanentes**, conforme o Decreto Imperial de 10 de outubro de 1831, que tinham por missões: manter a tranqüilidade pública e auxiliar a justiça.

Em 1832, foi promulgado o Código de Processo Criminal, contemplando:

- A do distrito, entregue ao Juiz de Paz eleito pelo povo, enquanto os inspetores de quarteirões eram nomeados pelas câmaras municipais;
- A da comarca com três Juizes de Direito, um dos quais o Chefe de Polícia.

A Resolução nº 13, de 28 de julho de 1858, cria a Força Policial da Província de Goiás, no Governo do Dr. Francisco Januário da Gama Cerqueira, constituída por:

- 01 Tenente;
- 02 Alferes;
- 02 Sargentos;
- 01 Furriel;
- 03 Cabos;

- 41 Praças, (inclusive um tambor).

Para comandá-la foi escolhido Tenente João Pereira de Abreu.

Em sua gênese histórica encontramos que as tropas goianas tiveram uma participação importantíssima no ano de 1866 quando o Paraguai invadiu o Mato Grosso. Apesar de não terem enfrentado os invasores paraguaios, forneciam viveres às tropas às margens do Rio Coxim.

Encontramos também a participação das tropas goianas na Revolução Constitucionalista, ajudando as tropas federais a render os rebeldes paulistas em 15 de outubro de 1932, na cidade de Uberaba – MG.

Participaram, ainda, da Guerrilha do Araguaia (Xambioá), auxiliando o Exército Brasileiro, a partir de março de 1973, executando a missão de segurança interna, através do 3º BPM, na região de Xambioá e Paraíso do Norte, que se estendeu até meados de 1977. (SOUZA, 1999: 35-65).

(fonte - SOUZA, Giveli. O Araguaia. 1999, p. 35 - 65) → obra

Em 1871, houve uma profunda reforma da legislação processual penal, proibindo os magistrados de exercer o cargo de Chefe de Polícia, declarando incompatíveis os cargos policiais com os de Juiz Municipal e, também, extinguindo a jurisdição dos Chefes de Polícia e Delegados nos julgamentos de crimes policiais.

Detentor do extenso Poder de Polícia Judiciária e manipulador de Polícia de Manutenção da Ordem Pública, vai-se configurando e cristalizando nas cidades e vilas a figura do Delegado Chefe de Polícia. Esse quase sempre era um leigo, era mero instrumento da política local,

também vinculada ao mandonismo das patentes locais da **Guarda-Nacional**.

É, ainda no Império que os Presidentes de Província recorrem aos Oficiais ou Sargentos da Força Pública (Corpos Policiais, Brigadas Policiais, e outras) para que eles, exercendo o cargo de Delegado de Polícia enfrentassem as situações de maior risco, minimizando, assim, os problemas de segurança pública.

Em síntese, por ordem cronológica, a nomenclatura principal das instituições que executavam ou colaboravam no serviço de policiamento no Brasil foram: **Ordenanças, Terços e Milícias, Guardas-Municipais Permanentes e Guarda-Nacional**. Essas forças, ao segundo dos tempos, receberam reforços de Dragões, Caçadores, Legiões e Pedestres.

### 1.2.2 - Organização Policial da Primeira República

Nasce a República e com ela a Federação e as antigas províncias do Império passaram a Estados-Membros.

Em quase todos os Estados, as Forças Públicas cresceram e expandiram-se. Nos maiores Estados e no então Distrito Federal ocorreu a tendência à especialização da Polícia de Investigação Criminal.

Em 1907, a Polícia Carioca foi objeto de grande reforma promovida por Alfredo Pinto. De um lado, surgiria uma Polícia Judiciária com Delegados e Comissários, bacharéis em Direito, Investigadores e Peritos especializados. De outra parte, a Força Policial modernizava-se com o aprimoramento de seus quadros e a especialização

---

na polícia ostensiva de guarda e patrulha.

O fenômeno da completa militarização das Forças Públicas torna-se mais acentuado em São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Em razão disso, começam a surgir, em alguns Estados, para complementar o policiamento ostensivo nas Capitais ou maiores cidades, as Corporações denominadas Guardas-Civis. Porém, vencemos a década de 20 (vinte) e chegamos à Revolução de 1930 sem a existência de uma Corporação chamada Polícia Civil.

### 1.3 - Origem da Organização Policial

#### 1.3.1 Preliminar

A Revolução de 1930 caracterizou uma nova ordem com a ruptura da excessiva autonomia dos Estados-Membros. De uma certa forma, porém sem muita profundidade, o novo estágio da evolução republicana influenciou na Organização Policial.

Sobrevindo a Constituição de 1934, como conseqüência da Revolução de 1930, ficou estabelecido no seu Artigo 5º, nº XIX, que competia privativamente à União legislar sobre o direito processual, o que vale dizer ter ficado instituída a unidade processual no Brasil, tanto para a parte criminal como para a civil. (ANDRADE, 1958: 18).

→ nome completo, obra, data, página

De outra parte, a União passou a ter maior controle das Polícias Militares, passando as mesmas a figurar no texto constitucional de 1934. E sem embargo, da função policial que lhes competia desde o Brasil Colônia, a militarização continuou. Enquanto isto, as Guardas-Civis expandiam-se, tornando-se, ao invés de complementadoras de esforços, grandes rivais das Polícias Militares, chegando em alguns

Estados a tentarem usurpar todas as atribuições das tradicionais **Milícias**.

### 1.3.2 - Trajetória da Organização Policial até 1969

#### 1.3.2.1 - *Estrutura Básica*

Em que pese o grau de controle sobre as Polícias Militares (reservas e forças auxiliares do exército), as Organizações Policiais continuavam basicamente estaduais.

Dentro desse contexto e seguindo o exemplo de São Paulo e Rio de Janeiro, os principais Estados caminharam para implantar uma estrutura básica da sua Organização Policial, ou seja:

- Polícia Civil, constituída por Delegados de Carreira, Escrivães, Comissários, Peritos e Médicos Legistas;
- Polícias Militares, organizadas em estrutura militar com base na hierarquia e disciplina.

#### 1.3.2.2 - *Estrutura*

A estrutura era<sup>a</sup> mesma do fim do Império e da Primeira República.

Os Batalhões da Polícia Militar (Batalhões de Caçadores Mineiros-BCM e, mais tarde, Batalhões de Infantaria) eram estruturados em Companhias de Fuzileiros apenas no papel, pois, na prática, desdobravam-se em Destacamentos Policiais e subordinavam-se funcionalmente ao Delegado de Polícia.

O sistema começou a caminhar para a ruptura quando, paradoxalmente, tomou corpo a idéia de criação da Polícia de Carreira. Esta poderia ter sido o suporte para o revigoramento do sistema, mas na

verdade levou-o à ruptura em Minas Gerais e, em geral, em todo o Brasil. Isso porque a chamada Polícia de Carreira nasceu e foi buscando contornos de **Instituição Policial Civil** em contraposição a uma **Instituição Policial Militar**. Ora, se a Polícia de Carreira nascesse e florescesse para somar-se à tradicional Força Policial, juntando e congregando esforços, evidentemente que ambas teriam se tornado um conjunto policial coeso e harmônico.

Não obstante o impulso dos citados diplomas legais, nossos Oficiais e Praças continuaram assumindo os grandes encargos das Polícias Judiciárias e de Manutenção da Ordem Pública no interior do Estado. Paralelamente, foi corporificando, cada vez mais sob a inspiração dos Delegados de Polícia de São Paulo, a idéia de uma instituição Policial Civil com o comando total em oposição às Polícias Militares. E, assim, a Guarda-Civil expandia-se para as principais cidades do interior, radicalizando e criando até situações de conflito com a Polícia Militar em detrimento da ordem pública.

O ano de 1969 foi marcado pelo caos em termos de Segurança Pública nas grandes Capitais brasileiras. As Polícias Militares de São Paulo, Minas Gerais, Guanabara e algumas outras que, por força das novas exigências da evolução social, desaquartelaram-se, tentavam o exercício do policiamento ostensivo visando à tranquilidade pública, porém encontravam a barreira de uma Polícia Civil radicalizada, cujos Delegados de Polícia, detentores do Poder de Polícia Judiciária, excessivo e anacrônico, torpedeavam os esforços das tradicionais e portentosas Corporações e instigavam a rivalidade das Guardas-Civis. Era o caos, as populações recebiam tal desorganização em termos de **Insegurança**.

Para o restabelecimento da ordem e sensatez, entrou em vigor o Decreto-Lei Federal nº 667, de 02 de julho de 1969, que dispôs sobre a reorganização das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros do Estados, dos Territórios e Distrito Federal, vindo assim<sup>o</sup> revigorar as aspirações dos constituintes de 1934:

- As Polícias Militares têm a missão constitucional de ~~manutenção da ordem pública~~, e o conceito de ~~manutenção da ordem pública~~ <sup>PRESCRVAAÇÃO</sup> é bem claro:

Polícia de Manutenção da Ordem Pública é uma extensão do Poder de Polícia no Campo da Segurança Pública, manifestada por um conjunto de ações predominantemente ostensivas de força pública, visando a impedir a eclosão do delito e a assegurar, quando necessário, a eficácia dos atos de Polícia Administrativa e Judiciária, e o respeito às ordens judiciais tendo por objetivo a pacífica e harmoniosa convivência social. (ALMEIDA, 1983: 41).

*→ Para completo, veja, data, página*

Com a nova legislação, emergiu uma outra realidade em termos de organização policial no Brasil, alterando-se de forma substancial o tradicional conceito de autoridade policial.

A exclusividade do policiamento ostensivo pelas Polícias Militares trouxe conseqüências, uma delas foi a extinção das polícias fardadas sem base na hierarquia e disciplina: Guardas-Civis, Corpos de Fiscais de Trânsito, Guardas Noturnos, Guarda de Vigilância e outras. As demais conseqüências foram:

- descentralização das companhias, pelotões e grupos;
- estabelecimento da cadeia de comando nas operações

policiais e no funcionamento da estrutura.

#### 1.4 – A Polícia Militar nas Constituições

A Constituição Imperial, de 25 de março de 1824, não fez nenhuma menção a respeito de Polícia Militar.

O Decreto nº 1, de 15 de novembro de 1889, em seus artigos 5º, 6º e 8º, menciona pela primeira vez as palavras: **ORDEM, SEGURANÇA PÚBLICA E POLICIAMENTO** e determinando que os Governos Estaduais organizassem suas Guardas-Civis.

A primeira Constituição Republicana, de 24 de fevereiro de 1891, também não fez nenhuma menção sobre Polícia Militar, apenas em seu artigo 6º, § 3º, admitia intervenção nos Estados para **manutenção da ordem pública**, cuja referência **foi retirada** na Emenda Constitucional de 03 de setembro de 1926.

A segunda Constituição Republicana, de 16 de julho de 1934, em seu artigo 5º, diz da **competência privativa da União para legislar sobre as Polícias Militares**, no tocante à organização, instrução e garantias. O artigo 167 diz que a **Polícia Militar é reserva do Exército**, mas não faz menção à missão.

A terceira Constituição Republicana, de 10 de novembro de 1937, manteve a mesma posição anterior.

A quarta Constituição Republicana, de 18 de setembro de 1946, em seu artigo 5º, inciso XV, letra **f**, menciona sobre a competência legislativa da União quanto a: organização, instrução, justiça e garantias, e condições de sua utilização nos casos de mobilização ou guerra. No artigo 183, parágrafo único, **aparece pela primeira vez a missão das**

**Polícias Militares**, sendo instituídas para a Segurança Interna e a Manutenção da Ordem. Também diz o que são Forças Auxiliares e Reservas do Exército.

A quinta Constituição Republicana, de 24 de janeiro de 1967, altera a missão das Polícias Militares para **MANUTENÇÃO DA ORDEM E SEGURANÇA INTERNA NOS ESTADOS**. Permanecem como Forças Auxiliares, Reservas do Exército. Autoriza a convocação das PPM independentemente de mobilização ou guerra externa. A União continua legislando quanto à organização, instrução, justiça e garantias; os Estados podem legislar supletivamente.

A Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969, em seu artigo 13. inciso IX, § 4ª, altera a missão: as PM são instituídas para a **MANUTENÇÃO DA ORDEM PÚBLICA**.

**Quadro 1** - Missões da Polícia Militar nas Constituições.

ANO	MISSÃO DA POLÍCIA MILITAR
1946	SEGURANÇA INTERNA E MANUTENÇÃO DA ORDEM
1967	MANUTENÇÃO DA ORDEM E SEGURANÇA INTERNA
1969	MANUTENÇÃO DA ORDEM PÚBLICA
1988	PRESERVAÇÃO DA ORDEM PÚBLICA

Fonte: Constituições da República Federativa do Brasil.

Na Constituição de 1946, a missão é mais militar e faz parte do Capítulo das Forças Armadas.

Nas Constituições de 1967 e 1969, o Capítulo da competência aos Estados e Municípios, o controle e atenção é permanente da União, há hierarquia, disciplina, organização e monopólio do policiamento ostensivo fardado.

### 1.4.1 - Constituição Federal de 1988

Pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 a Segurança Pública é valorizada, conforme consta no Capítulo III.

O artigo 144, § 5º, fixa a missão constitucional das Polícias Militares, às quais cabe a **POLÍCIA OSTENSIVA E A PRESERVAÇÃO DA ORDEM PÚBLICA**; aos Corpos de Bombeiros Militares, além das atribuições definidas em Lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.

A subordinação ainda é dupla: pelo Governo Estadual e Exército Brasileiro, conforme o artigo 144 em seu § 6º, que estabelece que as Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares, forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se, juntamente com as Polícias Civis, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

O artigo 144 diz que a Segurança Pública é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio <sup>por meio</sup> através dos seguintes órgãos:

- I- Polícia Federal;
- II - Polícia Rodoviária Federal;
- III - Polícia Ferroviária Federal;
- IV - Polícias Civis;
- V - Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares.

O § 7º, deste artigo, diz que a lei disciplinará a organização

e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, de maneira a garantir a eficiência de suas atividades.

Definida na Carta Magna a missão da Polícia Militar –polícia ostensiva e preservação da ordem pública – temos:

- **POLÍCIA OSTENSIVA**, derivada de policiamento ostensivo, é o exercício da atividade policial, com base no poder de polícia discricionário do Estado, cuja ação é vislumbrada facilmente pelo uso da farda e outros equipamentos característicos, que visa preservar a ordem pública tornando-a harmoniosa e potencialmente vivencial.

- **PRESERVAÇÃO**, a grande novidade, preservar significa livrar-se de algum mal, perigo ou dano, é dinâmico, ativo e compreende todo o universo policial.

- **ORDEM PÚBLICA**, diz respeito a ausência de violência, clima de paz social, garantias individuais e coletivas, salubridade, moral e princípios éticos, observância às leis, e o bem comum. Portanto, compreende um estado visível de princípios éticos e morais vigentes na sociedade, com o Estado utilizando o poder de polícia, a si atribuído pela própria população, para preservá-la.

A Constituição Federal também define em seu artigo 42 como sendo Servidores Militares Federais os integrantes das Forças Armadas e Servidores Militares dos Estados, Territórios e Distrito Federal os integrantes de suas Polícias Militares e de seus Corpos de Bombeiros Militares. O § 1º desse artigo trata das PATENTES, com prerrogativas, direitos e deveres a elas inerentes, que são asseguradas em sua plenitude aos Oficiais da ativa, da reserva ou reformados das Forças Armadas, das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares

dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal, sendo-lhes privativos os títulos postos e uniformes militares. No § 2º diz que as patentes dos Oficiais das Forças Armadas são conferidas pelo Presidente da República e os dos Oficiais das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares dos Estados e Distrito Federal, pelos respectivos Governadores.

#### 1.4.2 – Constituição Estadual de 1989

Reafirmando os preceitos contidos na Carta Magna, a Constituição Estadual trouxe o embasamento para a execução das atividades Policiais Militares em nível estadual, mencionando no Capítulo IV da Segurança Pública, veja-se:

Art. 122 – As polícias Civil e Militar e o Corpo de Bombeiros Militar subordinam-se ao Governador do Estado, sendo os direitos, garantias, deveres e prerrogativas de seus integrantes definidos em leis complementares. Diz ainda em seu inciso IV que a Polícia Militar será organizada sob o comando de Oficial do último posto da corporação, com curso superior de polícia.

(...)

Art. 124 – A Polícia Militar é instituição permanente, organizada com base na disciplina e na hierarquia. Cabendo-lhe, entre outras, a polícia ostensiva, a preservação da ordem pública, prevenção e extinção de incêndios, proteger e salvar vidas e materiais no local de sinistro, buscas, salvamento, policiamento de trânsito, urbano e rodoviário, de florestas e de mananciais, além de outras formas e funções definidas em lei, (Goiás, 1989: 72).

*incompleta*

A Constituição do Estado de Goiás veio ampliar, consideravelmente, as disposições legais sobre a Segurança Pública, observando rigorosamente os limites estabelecidos pela Constituição Federal.

O constituinte estadual atribuir grande importância à Segurança

Pública e à eficiência das atividades de defesa social. O que deixa patente é que a Segurança Pública passou a ser considerada meta prioritária do Estado, ao lado de outras atividades essenciais que deva prestar à comunidade goianiense.

### **1.5 - Do Pessoal das Polícias Militares**

O Decreto-Lei nº 667, de 02 de julho de 1969, alterado pelo Decreto-Lei 2106, de 06 de fevereiro de 1984, estabelece, em seu artigo 8º, que a hierarquia nas Polícias Militares é a seguinte:

#### **a) Oficiais de Polícia**

- **POSTOS**

- Coronel PM
- Tenente-Coronel PM
- Major PM
- Capitão PM
- 1º Tenente PM
- 2º Tenente PM

#### **b) Praças Especiais de Polícia**

- Aspirante-a-Oficial PM
- Alunos do Curso de Formação de Oficiais

#### **c) Praças de Polícia**

- Graduações:
  - Subtenente PM
  - 1º Sargento PM

- 2º Sargento PM
- 3º Sargento PM
- Cabo PM
- Soldado PM

O § 2º do mencionado artigo diz que os Estados, Territórios e o Distrito Federal poderão, se convier às respectivas Polícias Militares, **SUPRIMIR NA ESCALA HIERÁRQUICA** um ou mais posto ou graduação de soldado em classes, até o máximo de três.

**Quadro 2 – Círculo dos Integrantes da Polícia Militar**

<b>CÍRCULO DE OFICIAIS</b>	<b>POSTOS</b>
SUPERIORES	Coronel PM Tenente-Coronel PM Major PM
INTERMEDIÁRIOS	Capitão PM
SUBALTERNOS	1º Tenente PM 2º Tenente PM

<b>CÍRCULO DE PRAÇAS</b>	<b>GRADUAÇÕES</b>
SUBTENENTES E SARGENTOS	Subtenente PM 1º Sargento PM 2º Sargento PM 3º Sargento PM
CABOS E SOLDADOS	Cabo PM Soldado PM

PRAÇAS ESPECIAIS	
Freqüentam o círculo de Oficiais Subalternos	Aspirante Oficial PM
Excepcionalmente ou em reuniões sociais têm acesso ao círculo de Oficiais	Aluno Oficial PM

PRAÇAS	
Excepcionalmente ou em reuniões sociais têm acesso ao círculo de Subtenente e Sargento	Aluno Sargento PM
Freqüentam o círculo de Cabos e Soldados	Aluno Cabo e Aluno Soldado PM

Fonte: Coletânea de Leis da Polícia Militar de Goiás

### 1.5.1 – Tabela de Escalonamento Vertical – Lei nº 11.865, de 28 de dezembro de 1992

A supracitada Lei entrou em vigor a partir de 01 de janeiro de 1993 e dispõe, em seu art. 80, que o vencimento básico do pessoal militar será calculado para cada Posto e Graduação com base no vencimento do Posto de Coronel, na conformidade da tabela de Escalonamento Vertical e Vencimentos Básicos.

**Tabela 1 – Escalonamento Vertical e Vencimentos Básicos**

<b>Posto e Graduação</b>	<b>% Escala Vertical</b>	<b>Vencimento Básico R\$</b>
Coronel	100%	423,70
Tenente Coronel	92%	389,81
Major	84%	355,91
Capitão	73%	309,30
1º Tenente	62%	262,70
2º Tenente	57%	241,51
Aspirante	53%	224,56
CFo/3	45%	190,67
CFo/2	41%	173,72
CFo/1	37%	156,77
Subtenente	51%	216,09
1º Sargento	45%	190,67
2º Sargento	41%	173,72
3º Sargento	37%	156,77
Cabo	33%	144,49
Soldado 1ª Classe	30%	138,44
Soldado 2ª Classe	27%	132,40

Fonte: APMGO

**Tabela 2 – Despesa aproximada com Pessoal da Ativa da PMGO- mês de Junho/99**

POSTO OU GRADUAÇÃO	Nº DE CARGOS	VENCIMENTO BRUTO (R\$)	QUINQUÊNIOS
Coronel	21	86.606,10	5
Tenente-Coronel	49	165.430,80	3
Major	83	202.066,82	3
Capitão	142	199.481,60	1
1º Tenente	210	245.830,20	1
2º Tenente	181	174.375,40	--
Aspirante-Oficial	11	9.866,67	--
Subtenente	154	168.283,50	3
Aluno Oficial do 3º Ano	27	20.100,15	--
Aluno Oficial do 2º e 1º Ano	43	29.548,31	--
Primeiro Sargento	246	220.499,64	2
Segundo Sargento	528	400.466,88	1
Terceiro Sargento	895	567.877,50	--
Cabo	1.651	950.662,31	---
Soldado 1ª Classe	7.186	3.937.568,70	--
Soldado 2ª Classe	673	356.340,04	--
<b>TOTAL</b>	<b>12.100</b>	<b>7.735.004,62</b>	<b>19</b>

Fonte: Diretoria de Finanças da PMGO

**Tabela 3 – Despesa aproximada com Pessoal Inativo da PMGO – mês de Junho/99**

<b>POSTO OU GRADUAÇÃO</b>	<b>Nº DE CARGOS</b>	<b>VENCIMENTO BRUTO (R\$)</b>	<b>QUINQUÊNIOS</b>
Coronel	92	379.417,20	5
Coronel + 20%	99	416.675,16	6
Tenente-Coronel	32	108.036,48	3
Major	129	314.055,66	3
Major + 20%	1	2.505,72	3
Capitão	64	89.907,20	1
1º Tenente	52	60.872,24	1
2º Tenente	457	440.273,80	---
Aspirante-a-Oficial	2	1.793,94	---
Subtenente	196	214.179,00	3
Primeiro Sargento	220	197.634,80	2
Segundo Sargento	392	297.316,32	1
Terceiro Sargento	543	344.533,50	---
Cabo	664	382.337,84	---
Soldado 1ª Classe	1.230	673.978,50	---
Soldado 2ª Classe	1	529,48	---
<b>TOTAL</b>	<b>4.174</b>	<b>3.924.046,84</b>	<b>28</b>

Fonte: Diretoria de Finanças da PMGO

**Tabela 4 – Despesa aproximada com Pessoal da Ativa e Inativo da PM**  
mês de junho/99

<b>Posto e Graduação</b>	<b>Nº de Cargos</b>	<b>Vencimento Bruto (R\$) (Com Qüinqüênios)</b>
Coronel	212	882.698,46
Tenente-Coronel	81	273.467,28
Major	213	516.122,48
Capitão	207	289.388,80
1º Tenente	262	306.702,44
2º Tenente	638	614.649,20
Aspirante-a-Oficial	13	11.660,61
Subtenente	350	382.462,50
Aluno do 1º, 2º e 3º Ano	70	49.648,46
1º Sargento	466	417.815,96
2º Sargento	920	697.783,20
3º Sargento	1.438	912.411,00
Cabo	2.315	1.333.000,15
Soldado 1ª Classe	8.416	4.611.547,20
Soldado 2ª Classe	674	356.869,52
<b>TOTAL</b>	<b>16.275</b>	<b>11.656.227,26</b>

Fonte: Diretoria de Finanças da PMGO

**Tabela 5 – Despesa aproximada com Pessoal da Ativa da PMGO  
Suprimindo Alguns Postos e Graduações – mês de  
junho/99.**

<b>Posto e Graduação</b>	<b>Nº de Cargos</b>	<b>Vencimento Bruto (R\$) (Com Quinquênios)</b>
Coronel	70	288.687,00
Major	83	202.066,82
Capitão	142	199.481,60
Tenente	391	457.712,42
Aspirante-a-Oficial	11	9.866,67
Aluno do 1º, 2º e 3º Ano	70	52.111,50
Subtenente	154	168.283,50
Sargento	3.320	2.975.848,80
Soldado 1ª Classe	7.186	3.937.568,70
Soldado 2ª Classe	673	356.340,04
<b>TOTAL</b>	<b>12.100</b>	<b>8.647.967,05</b>

fonte:

Vale registrar que com a supressão dos postos de Tenente-Coronel, 2º Tenente e as graduações de 2º, 3º Sargento e Cabo, houve um acréscimo aproximado de 11,8% (onze vírgula oito por cento) na folha de pagamento.

### **1.6 - Formação do Exército Brasileiro**

O Exército verdadeiramente nacional somente passou a constar com uma organização institucional em 1824, isto é, dois anos após a Independência. Suas origens, entretanto, segundo interpretação de muitos historiadores, remontam aos primeiros séculos que se seguiram ao descobrimento. Vinculam-se à chegada dos contingentes pioneiros

das tropas lusitanas pagas, ou à criação das ordenanças, expressão militar do povo na época, ou, ainda, à formação de grupos de gente brasílica que se armavam às ordens de comandantes portugueses, contra corsários ou conquistadores para a defesa da terra, a que já denominavam Pátria.

Quaisquer que sejam os seus primórdios, o Exército tem sido fiel ao passado, através de quatro séculos de história, identificou-se com as aspirações da comunidade brasileira e tornou-se uma força de integração social absolutamente imprescindível ao desenvolvimento nacional.

Com o apoio das co-irmãs, Marinha e Aeronáutica, constituiu-se em fator segurança, base para a conquista dos objetivos permanentes da nacionalidade: integração, progresso, soberania, paz social e democracia.

Graças à clarividência dos chefes militares do Império, forças terrestres evoluíram de conformidade com as transformações proporcionadas pela revolução industrial. A experiência nas campanhas no Prata e a assimilação da Guerra de Secessão, possibilitaram ao Coronel Luís Alves de Lima e Silva aplicar ensinamento adequado ao problema militar brasileiro. Dessa forma, foi possível ao Exército Brasileiro contribuir decisivamente para a defesa da soberania e da integridade pátrias, resguardando a honra nacional de qualquer invasor. (FORTES, v. 1).

### **1.6.1 - Hierarquia nas Forças Armadas**

A abordagem sobre a hierarquia nas Forças Armadas será enfocada segundo a ordem de criação.

Na **Marinha** temos os seguintes **Postos**: Almirante (em tempo de guerra), Almirante de Esquadra, Vice-Almirante, Contra-Almirante, Capitão-de-Mar e Guerra, Capitão-de-Fragata, Capitão-de-Corveta, Capitão-Tenente, 1º Tenente, 2º Tenente e Aspirante-a-Oficial Fuzileiro-Naval ou Guarda-Marinha. E as seguintes **Gradações**: Suboficial, 1º Sargento, 2º Sargento, 3º Sargento, Cabo, Marinheiro de 1ª classe ou Taifeiro de 2ª classe, Marinheiro de 2ª classe ou Taifeiro de 3ª classe.

No **Exército** temos os seguintes **Postos**: Marechal (em tempo de guerra), General-de-Exército, General-de-Divisão, General-de-Brigada, Coronel, Tenente-Coronel, Major, Capitão, 1º Tenente, 2º Tenente e Aspirante-a-Oficial (praça especial). E as seguintes **Gradações**: Subtenente, 1º Sargento, 2º Sargento, 3º Sargento, Cabo e Soldado.

Na **Aeronáutica** temos os seguintes **Postos**: Marechal-do-Ar (em tempo de guerra), Tenente-Brigadeiro, Major-Brigadeiro, Brigadeiro, Coronel, Tenente-Coronel, Major, Capitão, 1º Tenente, 2º Tenente e Aspirante-a-Oficial (praça especial). E as seguintes **Gradações**: Suboficial, 1º Sargento, 2º Sargento, 3º Sargento, Cabo, Taifeiro-mor, Soldado de 1ª classe, Taifeiro de 1ª classe, Soldado de 2ª classe e Taifeiro de 2ª classe.

A seguir, o quadro com a correspondência hierárquica nas três forças e à Polícia Militar.

**Quadro 3 – Correspondência hierárquica nas Forças Armadas com a Polícia Militar.**

	MARINHA	EXÉRCITO	AERONÁUTICA	POLÍCIA MILITAR
<b>P O S T O S</b>	Almirante*	Marechal*	Marechal-do-ar*	
	Almirante-de-Esquadra	General-de-Exército	Tenente-Brigadeiro	
	Vice-Almirante	General-de-Divisão	Major-Brigadeiro	
	Contra-Almirante	General-de-Brigada	Brigadeiro	
	Capitão-de-mar e guerra	Coronel	Coronel	Coronel
	Capitão-de-Fragata	Tenente-Coronel	Tenente-Coronel	Tenente-Coronel
	Capitão-de-Corveta	Major	Major	Major
	Capitão-Tenente	Capitão	Capitão	Capitão
	1º Tenente	1º Tenente	1º Tenente	1º Tenente
	2º Tenente	2º Tenente	2º Tenente	2º Tenente
	Aspirante-a-Oficial Fuzileiro-Naval ou Guarda-Marinha	Aspirante-a-Oficial	Aspirante-a-Oficial	Aspirante-a-Oficial
<b>G R A D U A Ç Õ E S</b>	Suboficial	Subtenente	Suboficial	Subtenente
	1º Sargento	1º Sargento	1º Sargento	1º Sargento
	2º Sargento	2º Sargento	2º Sargento	2º Sargento
	3º Sargento	3º sargento	3º Sargento	3º Sargento
	Cabo	Cabo	Cabo e Taifeiro-Mor	Cabo
	Marinheiro 1ª Classe ou Taifeiro 2ª Classe	Soldado	Soldado 1ª classe e Taifeiro 1ª classe	Soldado 1ª classe
	Marinheiro 2ª classe ou Taifeiro 3ª classe		Soldado 2ª classe e Taifeiro 2ª classe	Soldado 2ª classe

Fonte: "Manual de Formação do Soldado de São Paulo."

*insuspecta*  
Os militares da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, cujos graus hierárquicos tenham **denominações em comum**, quando exercerem atividades em conjunto, acrescentarão aos mesmos a indicação da **Força Armada** a que pertencem.

\* Postos que somente serão promovidos (nomeados) em tempo de guerra.

### 1.6.2 - Disciplina Militar

A disciplina é necessário, por ser a base da ordem e do progresso em qualquer organização. A importância da disciplina está fixada no dístico **Ordem e Progresso** que há na Bandeira Nacional. O Regulamento Disciplinar do Exército trata deste assunto dizendo que a disciplina é o exato cumprimento dos deveres de cada um, em todos os **escalões de comando** e em todos os **graus de hierarquia** que confere, progressivamente, autoridade ao de maior graduação ou posto ou ao investido em cargo mais elevado, culminando no Presidente da República, que é o chefe supremo das Forças Armadas do País. A **disciplina** e a **hierarquia** constituem a base das instituições militares.

A disciplina militar se manifesta pela rigorosa observância às prescrições regulamentares; pela obediência pronta às ordens do chefe; pelo emprego de todas as energias em benefício do serviço; pela correção de atitudes; pela colaboração e espontânea à disciplina coletiva e à eficiência da instituição.

## 1.7 – Estrutura de Outras Organizações na Área de Segurança

### 1.7.1 – Polícia Civil

A Polícia Civil foi criada pelo Decreto Imperial n. 1.237, de 28 de setembro de 1.853, pelo Imperador D. Pedro II. As funções de Chefe de Polícia separam-se das funções de Juiz de Direito.

Foram criadas divisões e subdivisões para facilitar a ação da polícia.

Existem em todo o Estado de Goiás, cerca de 2.780 policiais, dos quais 1.250 estão em Goiás. Eles estão divididos em 26 distritos; 09 Delegacias Especializadas; 01 Grupo Anti-Sequestro; 01 Grupo Anti-

---

Assalto a Banco; e 17 Delegacias Regionais. No interior do Estado, há 179 Delegacias, espalhadas por todos os municípios e 55 Subdelegacias. Na capital existem 55 Delegacias e 21 Sudelegacias.

Há somente 01 Delegacia de Investigações Criminais em Goiás.

Na parte operacional, a Polícia Civil é formada pelas carreiras: Delegado, Escrivão e Comissário, que são subdivididas em 03 classes, exceto a carreira de Delegado que tem 04 classes.

O Agente de 3ª Classe é o policial iniciante, o de 2ª classe possui 02 anos de polícia e o de 1ª classe tem 04 anos.

Os requisitos para promoções são:

- vaga;
- 02 anos de interstício na classe, no geral;
- avaliação semestral pelo Conselho Superior de Polícia Civil, que é formado por 07 Superintendentes, mais o Diretor Geral e o Presidente dos Policiais Cíveis, dos peritos e dos delegados.

Na avaliação geral semestral, o candidato a ser promovido terá que alcançar 1.500 pontos.

### **1.7.2 – Polícia Federal**

Em março de 1944, na antiga Capital da República, Rio de Janeiro, a Polícia de Distrito Federal foi transformada em Departamento Federal de Segurança Pública – DESP. Só atuava na área do Distrito Federal, no tocante à Segurança Pública, agindo em nível nacional apenas na parte de polícia marítima e na área de fronteiras.

Em 1946, passou a atuação nacional em alguns casos, como o de comércio clandestino de entorpecentes.

Devido à carência de pessoal, o DESP teve que ser reestruturado, buscando como modelos policiais o da Inglaterra, Estados Unidos e Canadá, passando a ter atribuições em todo território nacional, a partir de 16/11/64.

Em 1967, o DESP passou a ser chamado de Departamento de Polícia Federal – DPF, pelo art. 210, do Decreto-Lei n. 200, de 25/02/67.

A DPF é formada pelos seguintes cargos: Delegados, Perito Criminal Federal, Agente da Polícia Federal, Escrivão de Polícia Federal e Papiloscopista (identificação), todos subdivididos em 03 classes, sendo a mais elevada a Classe Especial, depois 1ª classe e 2ª classe.

O ingresso na PF é feito mediante concurso público e o candidato terá que possuir curso superior.

Existem, no Estado de Goiás, cerca de 250 policiais federais, das quais 50 deles se encontram trabalhando em Anápolis.

### **1.7.3 – Polícia Rodoviária Federal**

A Polícia Rodoviária Federal foi criada pelo Decreto nº 18.323, de 24 de julho de 1928, pelo Presidente Washington Luiz, com a denominação de “Polícia de Estradas”.

Seu 1º Patrulheiro Rodoviário Federal foi Antônio Félix Filho, o “Tusquinho”, em 1935, que tinha como missão organizar os serviços de vigilância das rodovias Rio-Petrópolis e Rio-São Paulo.

Com o Decreto n. 8.463 (também conhecido como “Lei Joppert”, de 27 de dezembro de 1945, que criou o Departamento

Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), nasceu a denominação de Polícia Rodoviária Federal, pois o art. 2º, letra “c”, do referido decreto, dava ao DNER o direito de exercer o poder de Polícia de Tráfego nas rodovias federais.

A Polícia Rodoviária Federal encontra-se estruturada em unidade administrativa central, em Brasília, e das unidades administrativas regionais, representada pelas 22 Superintendências e 03 Distritos, 156 Sub-Unidades administrativas, denominadas Delegacias e 400 Postos de Fiscalização.

Existem, no Brasil, cerca de 8.300 Policiais Rodoviários Federais em atividade.

Sua estrutura hierárquica, comparada com a PMGO, é especificada a seguir:

**Quadro 4 – Correspondência Hierárquica entre PRF e PMGO**

<b>POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL</b>	<b>PMGO</b>
<b>Superintendente</b>	<b>Coronel</b>
<b>Inspetor</b>	<b>Major</b>
<b>Inspetor Chefe de Seção e Chefe de Delegacia</b>	<b>Capitão</b>
<b>Inspetor Chefe de Setores e Chefe Oper. de Delegacia</b>	<b>1º Tenente</b>
<b>Inspetor Adjunto – Chefe Adm. de Delegacia</b>	<b>2º Tenente</b>
<b>Supervisor</b>	<b>Subtenente</b>
<b>Chefe de Posto</b>	<b>Sargento</b>
<b>Chefe de Equipe</b>	<b>Cabo</b>
<b>Policia Rodoviário</b>	<b>Soldado</b>

Fonte: Sindicato da PRF

## 1.8 - Clarificação Dos Termos (Novo Dicionário Aurélio)

<b>Adequar -</b>	Tornar próprio, ajustar, adaptar.
<b>Alcaide -</b>	Antigo oficial de justiça
<b>Alferes -</b>	Militar que detinha a posição hierárquica de alferes.
<b>Almotacé -</b>	Termo árabe, que designa o funcionário ou autoridade no regime antigo, com atribuição de fiscalizar a exatidão dos pesos e medidas, a taxação dos preços, a distribuição de gêneros alimentícios e, ainda, exercia a função de polícia da cidade.
<b>Alteração -</b>	Modificação, mudança de composição.
<b>Alternativa -</b>	Opção para mudança de determinada situação.
<b>Amanuense -</b>	Funcionário público de condição modesta que fazia a correspondência e copiava ou registrava documentos.
<b>Anacrônico -</b>	Contrário aos usos da época a que se refere.
<b>Arcabouço -</b>	Estrutura
<b>Arcaica -</b>	Relativo a épocas remotas, muito antiga, antiquada.
<b>Ascensão -</b>	Ato de ascender, subida, elevação.
<b>Brasilica -</b>	Diz-se de gente e coisas indígenas do Brasil.
<b>Brigada -</b>	Corpo militar, composto ordinariamente de dois regimentos.
<b>Caudilho -</b>	Chefe militar.
<b>Colonizador-</b>	O que promove colonização, povoamento.
<b>Comissário -</b>	O que exerce comissão, encargo, autoridade policial, o que representa o governo.
<b>Complexa -</b>	Abrange muitos elementos ou partes, confusa e complicada.
<b>Conde -</b>	Grau hierárquico da antiga nobreza, indivíduo muito conhecido, nobre.
<b>Desempenho-</b>	Execução de um trabalho, atividade, empreendimento,

- que exige competência ou eficiência.
- Dignitário** - Aquele que exerce cargo elevado.
- Discricionário**- Arbitrário.
- Donatário** - Pessoa que recebeu uma doação.
- Doutrina Policial Militar** - Conjunto de valores, de princípios gerais, de conceitos básicos, de concepções táticas, de leis, normas e diretrizes, de técnicas e processos, que tem por finalidade estabelecer as bases para a organização, o preparo e o emprego uniforme de todos os seus integrantes na preservação da ordem pública.
- Dragão** - Soldado de cavalaria.
- Efeméride** - Diário, livro ou agenda em que se registram fatos de cada dia.
- Eficácia** - Alcance de objetivos desejáveis que justifica a existência da organização.
- Eficiência** - É a melhoria no potencial de prestação de serviço.
- Encargo** - Incumbência, obrigação.
- Escala Hierárquica** - É a fixação ordenada dos postos e graduações existentes nas Polícias Militares.
- Estratégia** - Arte de aplicar os meios disponíveis com vista à consecução de objetivos específicos.
- Estrutura** - Sistema que compreende elementos ordenados e relacionados entre si de forma dinâmica.
- Ético** - Relato aos costumes, parte da filosofia que estuda os deveres do homem para com Deus e a sociedade.
- Extorquir** - Tomar, roubar, apossar-se, injustamente.
- Força Auxiliar** - Tropa disponível para servir de reforço durante o combate, reserva.

<b>Fortificar -</b>	Guarnecer fortes ou fortalezas; dar meios ou condições de defesa.
<b>Gendarme -</b>	Soldado da polícia incumbido de velar pela segurança e ordem pública, na França.
<b>Gendarmerie -</b>	Corpo de polícia, quartel de gerdarmes.
<b>Gênese -</b>	Origem, princípio.
<b>Graduação -</b>	Grau hierárquico da Praça.
<b>Guisa -</b>	À maneira de, ao modo de.
<b>Hierarquia Militar -</b>	Ordenação da autoridade em níveis diferentes, dentro da estrutura das Forças Armadas e Forças Auxiliares.
<b>Hostil -</b>	Inimigo, agressivo.
<b>Idiosincrasia -</b>	Maneira de ver, sentir, reagir, própria de cada pessoa.
<b>Incolumidade -</b>	Qualidade ou estado de incólume, livre do perigo, ileso.
<b>Infante -</b>	Soldado de infantaria.
<b>Magistratura-</b>	Dignidade de magistrado, ou seja, funcionário público revestido de autoridade judicial ou administrativa.
<b>Mameluco -</b>	Mestiço originado de índio com branco.
<b>Mandonismo -</b>	Costume e abuso de mandar; prepotência, tirania.
<b>Meirinho -</b>	Antigo magistrado, de nomeação régia, que governava amplamente um território ou comarca.
<b>Mercenarismo -</b>	Que trabalha por estipêndio, por dinheiro.
<b>Meta -</b>	Objetivo, alvo.
<b>Monopólio -</b>	Exploração, posse, privilégio exclusivo.
<b>Multissecular -</b>	Que tem muitos séculos.
<b>Norteador -</b>	Dirige, orienta, guia.
<b>Objetivo -</b>	Alvo ou desígnio que se pretende atingir.
<b>Operacional -</b>	Nível decisório onde as decisões são desdobradas e

	executadas.
<b>Ordenança -</b>	Ordem, soldado às ordens de uma autoridade. Tropa, Exército.
<b>Paradigma -</b>	Modelo, padrão.
<b>Paradoxo -</b>	Contrário ao comum, contra-senso, contradição, absurdo.
<b>Pedestre -</b>	peessoa que anda a pé.
<b>Planos -</b>	Conjunto de métodos e medidas para a execução de um empreendimento.
<b>Posto -</b>	Grau hierárquico do oficial.
<b>Prerrogativa-</b>	Regalia, privilégio, apanágio.
<b>Probatório -</b>	Que serve de prova.
<b>Pródigo -</b>	Que despende com excesso, esbanjador.
<b>Provido -</b>	Nomeado ou designado para cargo ou função pública.
<b>Província -</b>	Divisão territorial colocada sob a autoridade de um delegado do poder central (no Brasil, ao tempo de Império, os atuais Estados eram denominados de províncias).
<b>Quadrilheiro-</b>	Membro de quadrilha de guerreiros.
<b>Régia -</b>	Exercer o mister de rei ou governador; dirigir, governar.
<b>Regimento -</b>	Estatuto que disciplina e estabelece finalidade e obrigações. Regime – Corpo de tropa dirigido por um coronel.
<b>Salubridade-</b>	Conjunto de condições favoráveis à saúde.
<b>Sedimentação-</b>	Solidificação: Passagem ao estado sólido.
<b>Suboficial -</b>	Hierarquia militar da praça (graduado).
<b>Suprimir -</b>	Fazer com que desapareça, que se extinga, eliminar, cortar.
<b>Taifeiro -</b>	Subalterno encarregado dos serviços de câmara: servir

a mesa, limpar e arrumar camarotes e salões, entre outras funções.

**Terço** - Antigo corpo de tropas, regimentos.

**Usurpar** - Apoderar-se violentamente, tomar à força.

**Velar** - Vigiar, estar alerta.

**Viabilizar** - Tornar viável, que não oferece obstáculo, executável, exeqüível, realizável.

PARTE 2

PROBLEMATIZAÇÃO E METODOLOGIA

## 1 – PROBLEMATIZAÇÃO E METODOLOGIA

A Polícia Militar de Goiás, instituição centenária, com 141 (cento e quarenta e um) anos de existência, vem desempenhando suas atividades com uma estrutura hierárquica baseada nos modelos do Exército Brasileiro, portanto, seria necessário uma reavaliação que permitisse adequá-la à nova realidade sócio-político-econômica do Estado.

As alterações no Sistema Hierárquico, Postos e Graduações teriam como objetivo tornar mais eficiente o desempenho administrativo e operacional da Corporação, se necessário fosse, podendo melhorar a sua qualidade.

A Polícia Militar, responsável pela prestação de serviços na área de segurança pública, voltada para atender às necessidades e anseios da comunidade goianiense, não pode ficar alheia à questão da qualidade total, pois dela depende a sobrevivência de qualquer empresa ou instituição.

A cada dia que passa, a PMGO apresenta mais sintomas de impotência, não conseguindo fazer frente aos inúmeros reclames da sociedade, a qual convive com um permanente estado de insegurança e revelando uma máquina estatal incapaz de atender às necessidades da

população que a sustenta.

Diante desse quadro caótico, o cidadão, não sendo atendido em suas reivindicações, abriu espaço para o surgimento de empresas particulares que vendem segurança.

Às Polícias Militares, com a nova Constituição Federal, coube a delicada missão da polícia ostensiva e a preservação da ordem pública, dentro de uma sociedade que clama pela garantia de seus direitos, mas sempre contestando quanto às suas obrigações e deveres. O emprego das Polícias Militares, no contexto nacional, requer o uso premente de uma única doutrina com o objetivo de fortalecer sua atuação, sempre dentro da lei e com embasamento nos fatores que sempre consolidam sua existência, a luta pela garantia à vida e ao patrimônio das pessoas.

Para que se antecipem às ações que possam desarmonizar a boa convivência social, é necessário que sejam modernizada<sup>ps</sup> em todos os aspectos, socializando seus meios humanos e materiais, com maior agilidade, visando a atingir seu objetivo principal que é o bem-estar social.

Portanto, com o passar do tempo, a Polícia Militar poderia ter reformulado o seu quadro hierárquico, conforme a viabilidade amparada na lei (art. 8º, § 2º, letras b e c do Decreto-Lei Federal 667/69), que permite suprimir, na escala hierárquica, um ou mais postos ou graduações e subdividir a graduação de soldado em classes até o máximo de três.

### 1.1 – Problema

Apesar das diferentes missões desenvolvidas, as organizações

policiais militares deverão modificar suas estruturas que são baseadas nos moldes do Exército Brasileiro, no tocante o sistema hierárquico (postos e graduações)?

## **1.2 - Hipótese**

Alteração da estrutura dos postos e graduações da PMGO (deve ser alterada) para adequá-la à estratégia atual da Corporação.

## **1.3 - Variáveis**

### **1.3.1 – Variável Independente**

V.I. - Alteração da estrutura organizacional da PMGO, nos seus postos e graduações.

### **1.3.2 - Variáveis Dependentes**

V.D.1 - Aumento da eficácia da PMGO.

V.D.2 - Adequação da estratégia atual da Corporação.

### **1.3.3 - Variáveis Intervenientes**

V.Int. 1 - Viabilidade legal.

V.Int. 2 - Legislação pertinente.

V.Int. 3 - Missões específicas dos níveis hierárquicos da PMGO.

V.Int. 4 - Aceitação do público interno.

## **2 – METODOLOGIA**

### **2.1 – Método**

O método utilizado no desenvolvimento do presente trabalho técnico-profissional foi o método hipotético-indutivo-dedutivo, com tratamento estatístico.

### **2.2 – Tipo de Pesquisa**

Foram utilizadas várias técnicas de levantamento de dados, tais como: pesquisa bibliográfica, observação pessoal, pesquisa descritiva e de campo.

### **2.3 – População Alvo**

Foi constituída de ~~Oficiais e Praças~~ ~~(Alunos Oficiais,~~ Subtenentes, ~~Sargentos,~~ Cabos e ~~Soldados)~~ da PMGO, classificados na Capital do Estado de Goiás, sendo distribuídos 526 questionários. Recebemos de volta 300, os quais, após tabulados, deram origem aos gráficos que se seguem, com as respectivas interpretações.

## 2.4 – Procedimentos para Coleta de Dados

Todos os questionários foram entregues em mãos, pelos pesquisadores, aos Comandantes de Unidades da Capital do Estado de Goiás, juntamente com um ofício informando o motivo da pesquisa e as devidas orientações para aplicação e devolução dos mesmos.

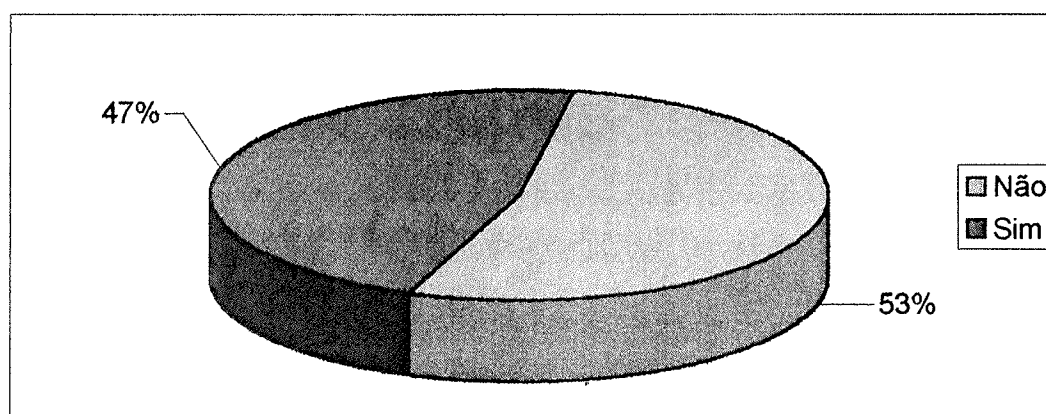
## 2.5 – Análise dos Resultados

### 2.5.1 – Análise Estatística e Interpretação dos dados

**Tabela 1** – É conveniente a modernização no atual sistema hierárquico da PMGO, tendo em vista que o mesmo é constituído de 13 (treze) postos e graduações?

**Objetivo:** Verificar junto ao público interno o nível de aceitação do atual escalonamento hierárquico.

POPULAÇÃO ALVO	PÚBLICO INTERNO	
	FATOR	FREQÜÊNCIA
Sim, favorável à mudança	141	47%
Não, contrário à mudança	159	53%
TOTAL	300	100%

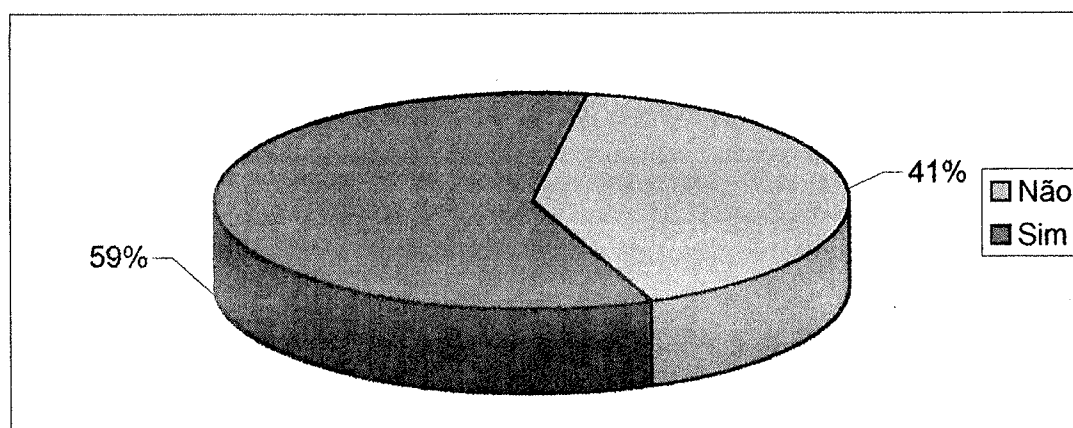


Fonte: Pesquisa de campo

**Tabela 2** – Suprimindo postos e graduações no escalonamento hierárquico da PMGO, estaria contribuindo para a desmotivação na carreira policial militar?

**Objetivo:** Demonstrar se haverá descontentamento dos integrantes da Corporação quanto a ascensão na carreira, devido à redução de postos ou graduações.

POPULAÇÃO ALVO	PÚBLICO INTERNO	
	FATOR	FREQÜÊNCIA
Sim, haveria desmotivação	176	59%
Não desmotivaria	124	41%
TOTAL	300	100%

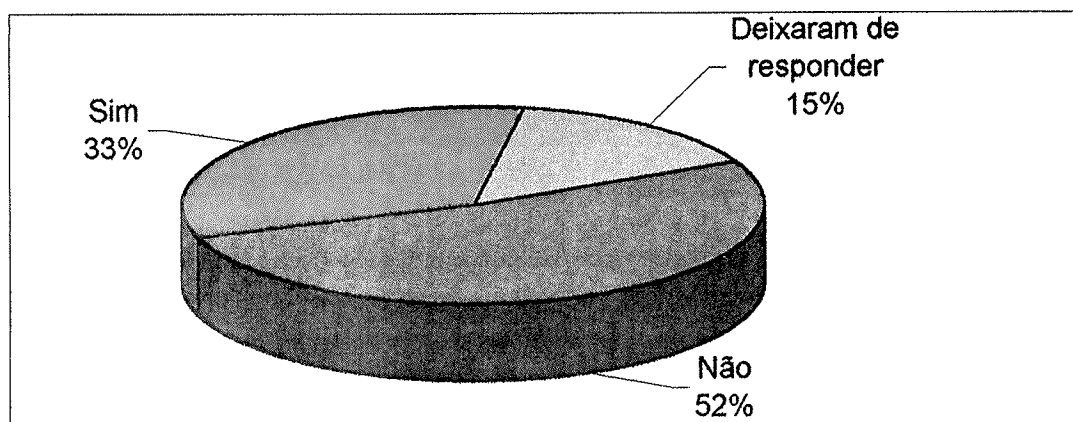


Fonte: Pesquisa de campo

**Tabela 3** – Se fizesse alteração de alguns postos e graduações na PMGO, iria agilizar o desempenho na eficiência e eficácia da Corporação?

**Objetivo:** Verificar se haveria melhora no potencial de prestação de serviço, atingindo os objetivos desejáveis que justifique a existência da Organização Policial Militar.

POPULAÇÃO ALVO	PÚBLICO INTERNO	
	FATOR	FREQÜÊNCIA
OPÇÕES		
Sim, melhor desempenho	98	33%
Não agilizaria	156	52%
Deixaram de responder	46	15%
TOTAL	300	100%

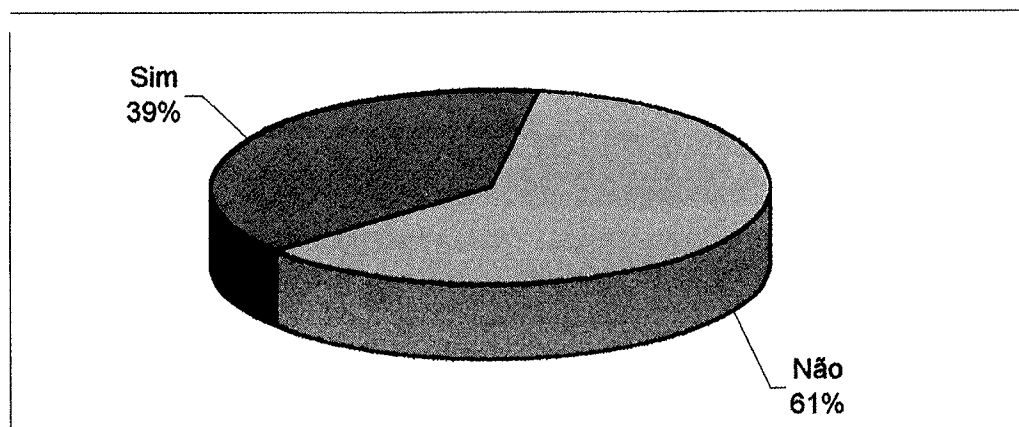


Fonte: Pesquisa de campo

**Tabela 4** – No seu entendimento, os vários níveis existentes na escala hierárquica da PMGO, prejudicam os procedimentos administrativos operacionais?

**Objetivo:** Saber do público interno se a quantidade de postos e graduações dificultam a tomada de decisões nos serviços administrativos e operacionais, devido a distância do comando à execução.

POPULAÇÃO ALVO	PÚBLICO INTERNO	
	FATOR	FREQÜÊNCIA
OPÇÕES		
Sim	118	39%
Não	182	61%
TOTAL	300	100%

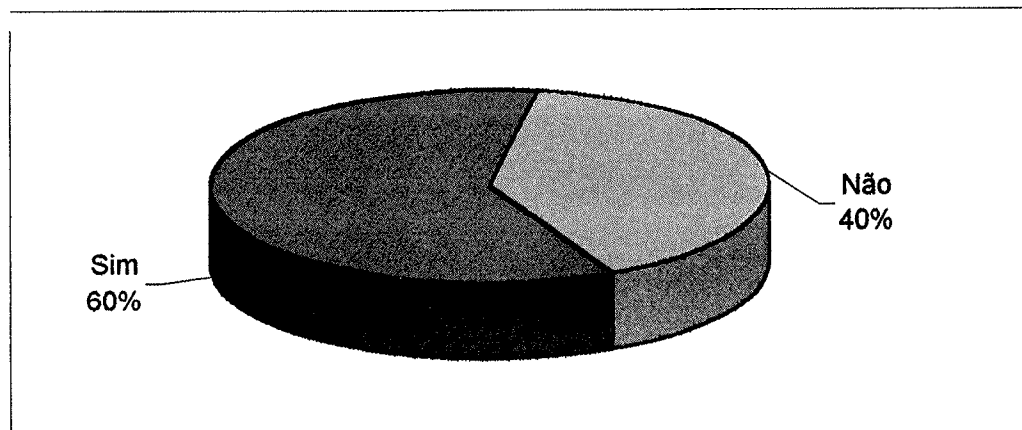


Fonte: Pesquisa de campo

**Tabela 5** – Tendo em vista que o sistema hierárquico da PMGO tem por base o exército brasileiro, não seria melhor manter os nossos postos e graduações semelhantes a eles?

**Objetivo:** Em virtude da Polícia Militar ser Força Auxiliar, reserva do Exército, controlada e coordenada pelo Ministério do Exército, podendo ser convocada em caso de guerra externa ou para prevenir ou reprimir grave perturbação da ordem ou ameaça de sua irrupção, subordinando-se à Força Terrestre para emprego de suas atribuições específicas e como participante da segurança interna e da defesa territorial, ficando sob a supervisão direta do Estado Maior do Exército.

POPULAÇÃO ALVO	PÚBLICO INTERNO	
	FATOR	FREQÜÊNCIA
Sim	181	60%
Não	119	40%
TOTAL	300	100%

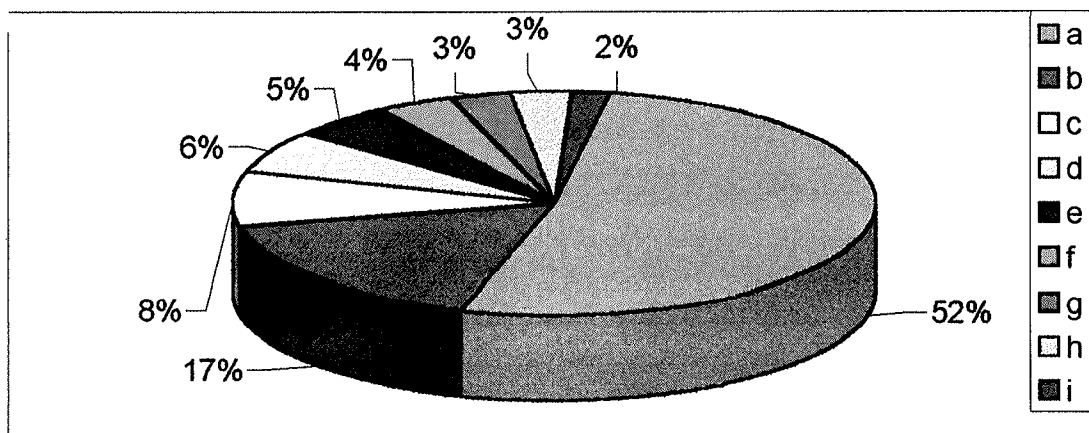


**Tabela 6** – Quais os postos e graduações que seriam ideais na formação da escala hierárquica da PMGO?

**Objetivo:** Saber a opinião da população alvo (oficiais e praças) quanto ao melhor escalonamento hierárquico para a Polícia Militar de Goiás.

POPULAÇÃO ALVO OPÇÕES	PÚBLICO INTERNO	
	FATOR	FREQÜÊNCIA
a) Cel., Ten-Cel., Maj., Cap., 1º Ten, 2º Ten, Asp., Subten., 1º Sgt, 2º Sgt, 3º Sgt, Cb e Sd 1ª e 2ª classe.	157	52%
b) Cel., Maj., Cap., Ten, Asp., Subten., Sgt e Sd 1ª e 2ª classe	53	17%
c) Cel., Ten-Cel., Maj., Cap., 1º Ten., 2º Ten., Asp., Subten., 1º Sgt, 2º Sgt, 3º Sgt, Cb e Sd 1ª e 2ª classe	23	8%
d) Cel., Maj., Cap., Ten., Asp., Sgt e Sd 1ª e 2ª classe	18	6%
e) Cel., Cap., Ten., Asp., Sgt e Sd	15	5%
f) Cel., Ten-Cel., Maj., Cap., Ten., Asp., Sgt e Sd 1ª e 2ª classe	11	4%
g) Cal., Cap., Ten., Asp., Sgt e Sd 1ª e 2ª classe	10	3%
h) Cap., Ten., Asp., Sgt e Sd	8	3%
i) Outras	5	2%
<b>TOTAL</b>	<b>300</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa de campo



Fonte: Pesquisa de Campo

### 2.5.2 - Observações Mencionadas Nos Questionários

Nos questionários foram inseridas questões abertas para que os assuntos abordados na pesquisa contivessem a opinião do público interno.

As respostas foram acrescidas com ricas informações e sugestões, contribuindo sobremaneira no resultado final do trabalho.

Eis as principais observações registradas:

- a população quer ser respeitada, não se importa com o número de postos e graduações e suas denominações.
- suprimir postos e graduações não significa modernizar a Polícia Militar.
- fazendo alteração nos postos e graduações da PM, pensaríamos mais na atividade e menos na promoção.
- a modificação no sistema hierárquico contribuiria para uma melhor comunicação e menos burocracia militar.

- modernizar custa caro, devemos evitar despesas em virtude da crise <sup>que</sup> ~~encontra-se~~ <sup>pe</sup> o nosso País.
- tem que haver troca de idéias, estudo aprofundado sobre o problema.
- na classe dos graduados (Sargentos), deveria ser diminuído o interstício para promoção; desta forma funcionando como meio motivador para o militar.
- é válida a modificação do atual sistema hierárquico, desde que bem estudado e com critérios justos.
- reestruturar não só o sistema hierárquico, como todo o quadro, faz-se necessário para que possamos dar aos mais novos a perspectiva de progressão.
- ocorrem acúmulos desnecessários de cargos e funções em virtude do grande número de graduações e postos.
- sem hierarquia e disciplina não há sistema militar.
- não importa o tempo, mas a eficácia e resultado.
- temos postos e graduações que na prática inexistem funcionalmente.
- reduzindo postos e graduações teremos conflito com o Exército Brasileiro, de quem somos reserva e força auxiliar.
- deve-se reduzir o número de postos e graduações, aumentando a distância entre eles, assim haverá estímulo para promoção e melhoria nos vencimentos.

- o problema da modernidade não se encontra no sistema hierárquico.
- não vejo a alteração do escalonamento hierárquico como meio de eficiência e eficácia.
- não há nenhum problema na carreira da PM.
- suprimir posto e graduação desde que seja mantido o piso do maior.
- fomos criados como militares e não podemos ser mais ou menos militares.
- maior identificação perante a comunidade com a diminuição de postos e graduações.
- apenas a denominação de Soldado deveria ser mudada para Patrulheiro ou Policial.
- o posto de Coronel na PM precisa ser valorizado.
- a Polícia Militar tem que ser original, sua missão e demais características são totalmente diferentes <sup>dos</sup> do Exército.
- com poucos postos e graduações agilizaria a administração e o desdobramento operacional.
- qualquer redução na escala hierárquica acarretaria em perda salarial.
- com a diminuição dos degraus da escala hierárquica, ficaríamos muito tempo em um determinado posto ou graduação.

- a promoção até o posto de Capitão deveria ser somente por antigüidade.
- ocorre insatisfação na tropa devido \as promoções demoradas.
- o atual escalonamento hierárquico da PMGO é ultrapassado, hoje as empresas trabalham com três níveis: estratégico, tático e operacional.
- precisamos apenas ajustar, distribuir melhor a quantidade de Oficiais e Praças existentes na Corporação.
- suprimindo postos e graduações aumentaria a motivação para ascensão na carreira e desachatamento salarial.
- a motivação na PM deverá estar evidenciada em cursos de especialização de real valor para nossa atividade.
- haverá muitas barreiras para suprimir postos ou graduações mas, posteriormente, todos enxergarão a melhora.
- precisamos adaptarmos \a nova realidade da sociedade.
- a Corporação é sustentada pela hierarquia e disciplina, a falta de qualquer uma acarretará o declínio da instituição, portanto, não devemos mudar nada.
- modernizar não significa extinguir postos e graduações.

### **3 – DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

A presente análise dos resultados, dentro da estrutura lógica de apresentação do trabalho, a fim de facilitar o entendimento ficou da seguinte forma:

#### **3.1 – Alteração no Sistema Hierárquico, Visando à Modernização da PMGO.**

Observou-se na **Tabela nº 1** que, dos 300 policiais militares questionados, 159 são contrários à modificação do atual escalonamento hierárquico vigente na Corporação, ou seja, 53%. 141 policiais militares foram favoráveis à mudança, o equivalente a 47% dos questionados. A diferença a favor da permanência do sistema hierárquico em vigor, foi de apenas 18 pessoas pesquisadas, representando 6%, portanto, havendo um certo equilíbrio.

#### **3.2 – A Supressão de Postos ou Graduações no Escalonamento Hierárquico Estaria Contribuindo Para a Desmotivação na Carreira Policial Militar?**

De acordo com a **Tabela nº 2**, constatou-se que 59% dos questionados consideraram que haveria desmotivação na carreira policial

militar e apenas 41% opinaram que não ocorreria descontentamento dos integrantes da Corporação quanto à ascensão na carreira, devido à redução de postos e graduações.

### **3.3 – Se Fosse Feita Alteração em Alguns Postos e Graduações na PMGO Iria Agilizar o Desempenho na Eficiência e Eficácia da Corporação?**

Na **Tabela nº 3**, verificou-se que 52% dos questionados afirmaram que se fosse feita a redução de postos ou graduações na escala hierárquica da PMGO, não agilizaria o desempenho na eficiência e eficácia da Corporação.

Um total de 33% opinou que haveria melhora no potencial de serviço atingindo os objetivos da OPM, devido ao reduzido número de graduações e postos.

Das 300 pessoas pesquisadas, constatou-se que 46 pessoas deixaram sem resposta esta questão, o equivalente a 15%, as quais não puderam afirmar se com a diminuição de postos ou graduações iria agilizar o desempenho da Polícia Militar, tornando-a mais eficiente e eficaz.

### **3.4 - Os Vários Níveis Existentes na Escala Hierárquica da PMGO Prejudicam os Procedimentos Administrativos e Operacionais?**

Analisando a **Tabela nº 4**, observou-se que 61% do público pesquisado responderam que com os atuais postos e graduações que formam o escalonamento hierárquico da Polícia Militar não ocorre

nenhuma dificuldade quanto à tomada de decisões nos serviços administrativos e operacionais, devido à distância que há entre os níveis de execução e comando.

Apenas 39% dos questionados disseram que a quantidade de postos e graduações existentes na Corporação dificultam o trabalho.

### **3.5 - O Sistema Hierárquico da PMGO tem por Base o Exército Brasileiro, não Seria Melhor Deixar os Postos e Graduações da Polícia Militar Iguais aos do Exército?**

Na Tabela nº 5, notamos que 60% dos policiais militares pesquisados disseram que os postos e graduações da Polícia Militar deveriam permanecer como está; portanto, semelhantes aos do Exército Brasileiro. Um percentual de 40% optou pela modificação do sistema hierárquico vigente, para torná-lo mais policial do que militar.

### **3.6 – Postos e Graduações Ideais na Formação da Escala Hierárquica da PMGO, Visando Sua Modernização.**

Observando a Tabela nº 6, verificou-se que 52% dos policiais militares pesquisados são favoráveis à permanência do escalonamento hierárquico em vigor na Corporação.

De tudo exposto, verifica-se que a Variável Independente e as Variáveis Dependentes (V.D.1 e V.D.2) não foram validadas porque a população alvo não foi favorável às alterações no sistema hierárquico vigente na PMGO. As Variáveis Intervenientes (V.Int. 1, 2 e 3) foram validadas tendo em vista o amparo legal. A Variável Interveniente (V.Int. 4) não foi validada porque não houve aceitação de mudanças por parte da população alvo.

## CONCLUSÃO

O objetivo geral do presente trabalho técnico-profissional foi analisar a estrutura dos Postos e Graduações da PMGO, para <sup>para conhecer o grau de</sup> compatibilizar <sup>de</sup> a estrutura organizacional, objetivos, planos e metas <sup>da Corporação, para os</sup> dias atuais.

Os resultados das pesquisas realizadas mostraram que:

- não é válida a modificação do sistema hierárquico da PMGO, visando a modernização da Instituição;
- havendo a supressão de alguns postos e graduações no escalonamento hierárquico, ocorrerá desmotivação na carreira policial militar e não irá agilizar o desempenho na eficiência e eficácia da Corporação;
- os acentuados níveis na escala hierárquica da PMGO não prejudicam os procedimentos administrativos e operacionais;
- o sistema hierárquico da Polícia Militar deverá permanecer nos moldes do Exército Brasileiro.

Conclui-se que o escalonamento hierárquico vigente na Polícia Militar de Goiás é adequado, servindo até de modelo para outras organizações, portanto, não há necessidade de alterar a estrutura dos

Postos e Graduações para modernizá-la.

*este parágrafo deriva da análise e da conclusão*

Do acima exposto, verifica-se que a Variável Independente (V I.) e as Variáveis Dependentes (V.D.1 e V.D.2) não foram validadas. As Variáveis Intervenientes (V. Int. 1, 2 e 3) foram validadas porque viabilizam a hipótese, contudo, a Variável Interveniente (V. Int. 4) não foi validada, concluindo-se que a hipótese foi validada parcialmente, determinando, por conseguinte, a não existência do problema.

Os objetivos propostos no presente trabalho técnico-profissional foram atingidos.

### **Proposta**

No desenvolvimento do presente trabalho, o resultado final da pesquisa foi a manutenção do escalonamento hierárquico em vigor na Polícia Militar de Goiás.

# paginação não está incluída  
na bibliografia

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Klinger Sobreira de. O Poder de polícia e a manutenção da ordem pública. Revista **O Alferes**, Minas Gerais, n. 1, 1983, 41 p.

ANDRADE, Ivan Moraes de. **Polícia Judiciária**. 2. Ed., Rio de Janeiro: Forense, 1958, p. 18.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 2. Ed., São Paulo: Javol, 1988. 274 p. Promulgada em 05 de Outubro de 1988.

\_\_\_\_\_. **Decreto Lei nº 667 de 02 de Julho 1999**. (Alterado pelo Decreto-Lei Federal nº 2106 de 06 de Fevereiro 1984). Reorganiza as Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares dos Estados dos Territórios e do Distrito Federal e dá outras Providências, 35 p.

\_\_\_\_\_. **Decreto Lei nº 88.777, de 30 de Setembro de 1983**, aprova o Regulamento para as Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares (R-200). 21 p.

ESPÍRITO SANTO, Alexandre do. **Delineamento da Metodologia Científica**. São Paulo: Loyola, 1982, 174 p.

FARACO, Carlos Emílio; MOURA, Francisco. **Gramática nova**. São Paulo: Ática, 1992, 312 p.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário Aurélio**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986, 1836 p.

GOIÁS, **Constituição do Estado de Goiás, de 1989**. Goiânia: Gráfica da Assembléia Legislativa do Estado de Goiás, 1989, 72 p.

\_\_\_\_\_. Lei Estadual nº 11.865, de 28 de dezembro de 1992. **Coletânea de Leis da Polícia Militar do Estado de Goiás**. Goiânia: Gráfica Mérito, 1994, 78 p.

LIMA JÚNIOR, Augusto de. **Crônica militar**. 2. ed. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1969. 13-17p.

MELLO, Waldir Jansen de. **Manual de formação do soldado**. 103. ed. São Paulo: Centrais Impressoras Brasileiras, 1982.

OLIVEIRA, Nélon Custódio de; OLIVEIRA, Maria José de. **Português para principiantes**. 11. ed. Rio de Janeiro: Record, 1977, 191 p.

SOARES, Nelson Alves. **Escala hierárquica em organizações policiais militares**. Belo Horizonte: APM/CSP, 1986. Monografia. Mimeo.

SOUZA, Cibeli et alii. Criação da Força Policial de Goyaz. In: **O Anhanguera**. Goiânia, a. 1, n. 1, p. 35-65, 1999.

# **ANEXO**

ESTADO DE GOIÁS  
POLÍCIA MILITAR  
ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR  
CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS

QUESTIONÁRIO

O presente questionário é um instrumento valioso de pesquisa para a realização do trabalho técnico-profissional, que tem por tema: a **Redução da Escala Hierárquica na PMGO – Uma Solução Viável?** Sua finalidade é analisar a estrutura dos Postos e Graduações da PMGO, objetivando sua compatibilização com a estratégia organizacional, objetivos, planos e metas.

As questões deste questionário deverão ser respondidas conforme as instruções abaixo:

- a) não precisa se identificar;
- b) leia com atenção antes de preenchê-lo;
- c) analise cada uma das questões e responda com sinceridade;
- d) assinale com um X as respostas;
- e) quando for necessário, justifique a resposta;
- f) não deixe nenhuma pergunta sem responder.

**PERGUNTAS**

01) É conveniente modificar o atual Sistema Hierárquico da PMGO, visando a modernização da Corporação, tendo em vista que o mesmo é constituído de 13 (treze) Postos e Graduações?

- a) ( ) Sim                      b) ( ) Não

Justifique, se for necessário: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

02) Suprimindo postos ou graduações no escalonamento hierárquico da PMGO, estar-se-ia contribuindo para a desmotivação na carreira policial militar?

- a) ( ) Sim                      b) ( ) Não

Justifique, se for necessário: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

03) A alteração de alguns Postos e Graduações na PMGO iria agilizar o desempenho na eficiência e eficácia da Corporação?

a)  Sim            b)  Não

Justifique, se for necessário: \_\_\_\_\_

04) No seu entendimento, os vários níveis na escala hierárquica da PMGO prejudicam os procedimentos administrativos e operacionais?

a)  Sim            b)  Não

Justifique, se for necessário: \_\_\_\_\_

05) Tendo em vista que o sistema hierárquico da PMGO tem por base o Exército Brasileiro, não seria melhor manter os nossos Postos e Graduações semelhantes a eles?

06) De acordo com o seu ponto de vista, quais os Postos e Graduações ideais para a Escala Hierárquica da PMGO?

Coronel

Tenente-Coronel

Major

Capitão

1º Tenente

2º Tenente

Somente o posto de Tenente

Aspirante-a-Oficial

Subtenente

1º Sargento

2º Sargento

3º Sargento

Somente a graduação de Sargento

Cabo

Soldado 1ª Classe

Soldado 2ª Classe

Somente Soldado

Justifique, se for necessário: \_\_\_\_\_